



ABRIGOS em movimento

4

REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL



REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL

SDH – Secretaria de Direitos Humanos
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, sala 420
Edifício Sede do Ministério da Justiça
CEP – 70064-900
Brasília, DF

Copyright © 2010 - Secretaria de Direitos Humanos – SDH

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia e formal da SDH/PR.

Conteúdo disponível também no site da SDH www.direitoshumanos.gov.br

Tiragem desta edição: 3.000 exemplares impressos
Impresso no Brasil
1ª edição: 2010

“O conteúdo da obra é de responsabilidade exclusiva dos autores”.

Distribuição gratuita

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Redes de proteção social / [coordenação da publicação Isa Maria F. R. Guará] . -- 1. ed. -- São Paulo : Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. -- (Coleção Abrigos em Movimento)

ISBN 978-85-63512-04-8

1. Abrigos 2. Crianças e adolescentes - Cuidados institucionais I. Guará, Isa Maria F. R. II. Série.

09-09725

CDD-362.732

Índices para catálogo sistemático:

1. Abrigos : Estudos de caso : Crianças e adolescentes : Bem-estar social 362.732 2. Crianças e adolescentes : Abrigos : Estudos de caso : Bem-estar social 362.732

REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL

CRÉDITOS

Coordenação da Publicação

Isa Maria F. Rosa Guará

Produção de textos

Antonio Sérgio Gonçalves

Isa Maria F. Rosa Guará

Maria Angela Maricondi

Maria Luisa Pereira Ventura Soares

Marialice Piacentini

Fausta Alzirina Ornelas Pontes Mello

Maria Cristina Carvalho Juliano

Leitura crítica

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Silvia Losacco

Preparação de textos

Alessandra Coelho

Edição

Fernando Rios

Fotografia

Daniela Savastano

Arquivo Neca - capa e p. 84

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações

Fonte Design



sumário

08 introdução

capítulo 1

REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE

11 Por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede
20 Uma convivência grupal que mobiliza, protege e desenvolve seus participantes

Antonio Sérgio Gonçalves
Isa Maria F. Rosa Guará

capítulo 2

31 Grajaú em rede estimula e promove a cidadania consciente
Marialice Piacentini

capítulo 3

PROTEÇÃO INTEGRAL EM REDES SOCIAIS

41 A sociedade se articula para cuidar dos cidadãos mais vulnerabilizados

52 Família e território, eixos centrais do trabalho social
Isa Maria F. Rosa Guará

capítulo 4

- 65** **Articulação interinstitucional de redes em Santos**
Fausta A. O. P. Mello

capítulo 5

- 71** **Família e rede social**
Maria Angela Maricondi
Maria Luisa Pereira Ventura Soares

capítulo 6

- 85** **Rede família: crianças e adolescentes integrados à família e à comunidade em Rio Grande**
Maria Cristina Carvalho Juliano

capítulo 7

- 93** **Uma grande rede em São Paulo para melhorar a proteção especial de crianças e adolescentes**
Síntese: Alessandra Coelho

introdução

Abrir este caderno me deixa orgulhosa! Vale a pena ser lido, pois ilumina e orienta – com cuidado e simplicidade – a ação protetiva junto ao grupo infantojuvenil. Aponta alguns caminhos para buscarmos o desenvolvimento integral dessas crianças e adolescentes, garantindo uma efetiva proteção e religando sujeitos, serviços, espaços e oportunidades que assegurem o olhar totalizante sobre eles.

Redes – tema central deste caderno – é um conceito atual, que propõe uma inovação radical no modo de gestão social pública. Introduce novos valores, habilidades e processos, necessários à condução do trabalho social numa realidade que é complexa. Não podemos mais atuar num ponto sem olhar para outros, somando e integrando competências e intervenções.

A rede é um meio, um modo de representação das inter-relações e conexões de como se expressa a complexidade. Não vivemos mais em uma sociedade simples. Não enfrentamos mais variáveis simples. Os fatos são multicausais e multidependentes entre si. A própria sociedade civil se comporta como uma “sociedade-rede”.

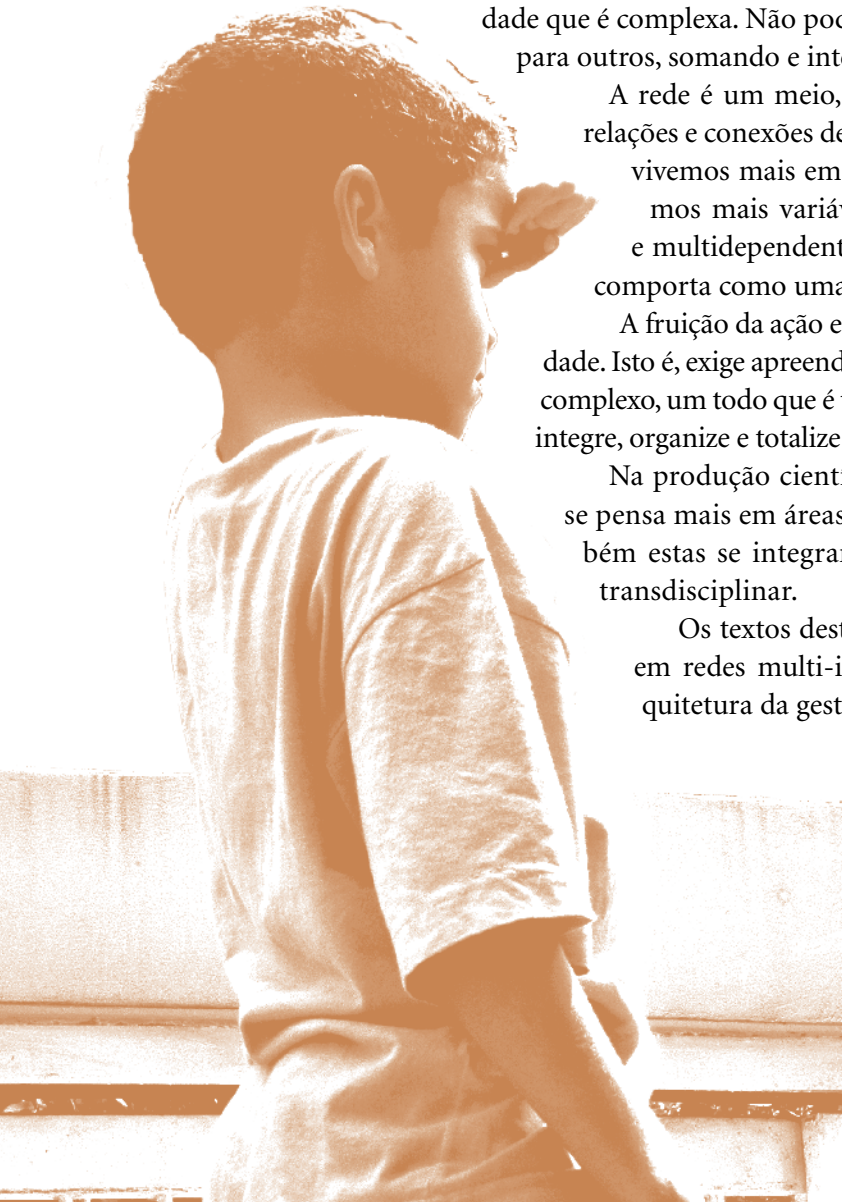
A fruição da ação em rede provoca uma retomada da totalidade. Isto é, exige apreender a realidade social e nela agir como um complexo, um todo que é tecido junto. Impõe uma perspectiva que integre, organize e totalize (NOGUEIRA, 2001, p. 35)¹.

Na produção científica e na busca do conhecimento, não se pensa mais em áreas e disciplinas científicas de *per se*; também estas se integram para dar conta de um pensamento transdisciplinar.

Os textos deste caderno reforçam a ideia de que agir em redes multi-institucionais altera radicalmente a arquitetura da gestão pública tradicional.

- Derruba as fronteiras da setorialização da ação pública e reforça uma nova tendência: a da emergência de programas-rede, que agregam diversos serviços, projetos, sujeitos e organizações.

1 NOGUEIRA, Marco Aurélio.
Em defesa da política. 2ª. ed.
São Paulo: Editora Senac, 2005.



- Introduce nova cultura política no fazer social público, que se caracteriza por: socializar o poder, negociar, trabalhar com autonomias, flexibilizar, compatibilizar tempos heterogêneos e múltiplos dos atores e processos de ação.
- Exige a definição de eficazes fluxos de circulação no relacionamento inter-serviços e programas.
- Implica participação, articulação, integração, complementaridade, cooperação e parcerias. Por isso mesmo, aumenta a ênfase em processos de circulação e socialização de informações e conhecimentos.

As tecnologias de informação e comunicação constituem-se hoje num elemento importante dessa interatividade entre os sujeitos e as instituições que integram as redes. Complementam as relações face a face com os sujeitos, mas não as substituem. Na atualidade, as tecnologias antecedem, sucedem e mantêm as relações, criando memória e identidade e ampliando as redes.

As novas demandas da gestão assentada em redes também alteram o modo de atuação dos profissionais da ação pública. Há novas habilidades e competências em questão (competência comunicativa e relacional e competência articuladora), que exigem um olhar multidimensional, transdisciplinar.

Comunicação e articulação são indispensáveis ao trabalho social em rede, pois costumam a oferta de oportunidades e de acesso a serviços e relações no território; conjugam e integram a população-alvo a uma cadeia de programas e serviços ligados entre si. A ação interprogramas permite potencializar o agir, porque retira cada ação do seu isolamento e assegura uma intervenção agregadora e includente.

Nos artigos deste caderno, o leitor é convidado a reconhecer as múltiplas redes espontâneas ou formais presentes no tecido societário – tema este crucial para os profissionais que se voltam à proteção integral de crianças e adolescentes. O leitor é também convidado a se apropriar de conceitos, modos e condições para produzir ações em rede.

Com cuidado didático, agrega-se aqui um conjunto de experiências que atestam e referenciam uma ação em redes que, além de possível e necessária, é também desafiante. Certamente, são as pequenas e grandes redes que, em conjunto, garantirão a mobilização social para o alcance de efetiva proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes brasileiros.

Maria do Carmo Brant de Carvalho



capítulo 1

REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE

ANTONIO SÉRGIO GONÇALVES*
ISA MARIA F. ROSA GUARÁ**

“(...) a formação ilusória da autossuficiência está sempre lá, à espreita do melhor momento para colocar-se em cena, ameaçando apagar o incômodo da precariedade humana e a dependência do sujeito ao outro (...).”

Joel Birman

POR UMA NOVA CULTURA DE ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO EM REDE

Uma nova realidade, mais complexa e multifacetada, tem provocado mudanças na forma como a sociedade se organiza: a articulação em parcerias e redes é um desses novos arranjos que afloraram fortemente nos últimos anos, mesclando ações da sociedade civil organizada, órgãos de governo e empresas privadas.

No histórico desmembramento da ciência ocidental, a divisão e a especialização foram se tornando condições inerentes à busca do conhecimento. Assim foram organizadas as disciplinas escolares e assim se estruturaram os organismos políticos de administração e a produção industrial e tecnológica.

* Educador e Psicanalista, Membro da Coordenação do Depto. Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, conselheiro do Instituto Religare, Mestrando em Psicologia e Educação pela FEUSP.

** Pedagoga, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Professora da Uniban, Consultora do NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

Fomos educados para pensar de modo cartesiano, dividindo as dificuldades em pequenos pedaços, estudando-os detalhadamente para compreender seu funcionamento e sua composição. Criamos nossas instituições de ensino e pesquisa e nosso conhecimento seguindo essa lógica das especialidades, e muito de nosso desenvolvimento científico se deve a esse modo de organizar e estruturar o conhecimento.

Hoje, porém, os novos desafios da vida e a própria ciência nos levam a perceber que a realidade é complexa e exige também um olhar mais amplo e global que inclui a incorporação dos fenômenos inusitados e das incertezas que não podemos superar com uma visão parcial e fragmentada dos problemas.

Apesar de a orientação para o trabalho em rede ter emergido como critério importante na formulação de políticas sociais, a estrutura dos serviços públicos com os quais convivemos são as mesmas estruturas verticalizadas e compartimentalizadas que até pouco tempo atrás pareciam atender bem às demandas da vida cidadã.

Convivemos com uma confusão de referências e com a sobreposição de modelos mais hierárquicos ou mais flexíveis, e percebemos, ao mesmo tempo, intenções de integração e de especialização, como é comum ocorrer em momentos de transição.

O novo modelo de rede, que supõe relações mais horizontalizadas, exige disposição para uma articulação socioeducativa que:

- abre-se para acolher a participação de várias políticas públicas setoriais;
- derruba limites de serviços que agem isoladamente;
- inclui a participação da sociedade, comunidade, famílias;
- acolhe o território onde se localizam as crianças e os adolescentes.

Articular-se significa sobretudo fazer contato, cada um mantendo sua essência, mas abrindo-se a novos conhecimentos, à circulação das ideias e propostas que podem forjar uma ação coletiva concreta na direção do bem comum.

No entanto, tendemos, até por razões culturais, a resolver tudo a nosso modo e caminhar em nosso nicho seguro, sem interferências.

Felizmente, percebemos hoje que esse é um caminho empobrecedor. Por isso, a proposta de articulação em redes deve ser ancorada numa intencionalidade clara e aberta, que respeita ritmos e espaços e estabelece os pactos necessários à continuidade de cada ação.

Demandas heterogêneas das realidades locais

Longe do caminho fácil das vias únicas, a articulação permite variados atalhos e favorece contatos em muitas direções. O movimento em direção ao outro pode trazer boas surpresas quando se descobrem recursos e apoios possíveis tão próximos e tão ignorados quando atuamos individualmente. Não há exclusividade de caminhos, pois organizações e grupos podem compor-se de vários grupos diferentes entre si sem comprometer sua atuação em cada um deles.

O estágio atual da democracia possibilita igualmente uma participação maior da sociedade e do cidadão nos destinos políticos do país e, por essa via, também precisamos, cada vez mais, trabalhar em conjunto para obter melhores resultados das políticas públicas, especialmente nas áreas sociais.

A democracia obriga a coalisões. Os serviços já não são de seus agentes/trabalhadores. São de um coletivo societário. Nas democracias contemporâneas, as coalizões ganharam enorme importância para assegurar participação efetiva da sociedade como um todo; representam o canal e o espaço de construção democrática e coletiva da política pública.

A construção da política exige a participação dos atores internos da própria política pública (seus trabalhadores e gestores públicos) e atores externos (grupos da sociedade civil). Caso contrário, a própria política se enfraquece e perde legitimidade.

A gestão pública caminha para um novo modo de ação, cada vez mais articulado, complementar e sintonizado com as demandas heterogêneas das realidades locais. A ação em rede se coloca como uma das alternativas de integração, eficácia e efetividade da gestão pública.

A busca da intersetorialidade entre as diferentes áreas do governo, otimizando espaços, serviços e competências, é condição imprescindível para que as crianças e os adolescentes sejam atendidos de modo integral, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Essa ação articulada entre políticas intersetoriais e intergovernamentais permite também o intercâmbio entre agentes sociais e, portanto, potencializa e amplia o desempenho de cada política pública de *per se*. Evita o isolamento e promove uma intervenção mais cooperativa e agregadora que permite uma visão e uma atuação mais efetiva sobre a realidade e a construção de uma teia de novos sentidos para a ação coletiva.²

As conexões necessárias à articulação de políticas sociais públicas não são apenas as de ordem comunitária e territorial, mas exigem a vinculação a redes temáticas e institucionais de toda a cidade.

A mobilização de parcerias e ações multisetoriais dependerá, antes de tudo, como diz Bernardo Toro (1996), da “mobilização de vontades” que possam viabilizar, apesar das dificuldades do percurso, os necessários pactos de complementaridade e de cooperação entre atores sociais, organizações, projetos e serviços.

A ação em rede exigirá uma mudança cultural na forma de relação entre comunidades locais, regionais, nacionais e entre serviços e programas de organizações governamentais e não governamentais.

O Estado, por meio das ações de suas diversas políticas públicas, deve responder pela proteção social, particularmente na política da assistência social, que dispõe de programas e serviços de proteção social básica ou especial atendendo às pessoas ou grupos que se encontrem mais vulneráveis.

Contudo, a proteção social não tem se constituído em tarefa simples. Historicamente, as políticas públicas organizadas setorialmente, do ponto de vista de seu

² A Lei nº 12.010 de agosto de 2009 altera a redação do artigo 88 do ECA, reforçando a necessidade de “integração operacional dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento das crianças e dos adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional.”

alcance social, demonstraram-se insuficientes em relação à atenção aos indivíduos e grupos socialmente vulneráveis. O fazer das políticas setoriais tem se mostrado também fragmentado, amiúde com sobreposição de ações e, conseqüentemente, parcial na implementação de suas propostas de cobertura.

A proteção social não está circunscrita apenas ao âmbito do Estado e apresenta-se originariamente nas relações da família e comunidade. Não obstante, o Estado tem entre suas responsabilidades fundamentais a de oferecer políticas sociais que garantam a proteção social como direito e deve fazê-lo em conjunto com a sociedade promovendo ações que focalizam as pessoas, as famílias e os grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Essa vulnerabilidade pode ser decorrente da insuficiência ou ausência de renda, desemprego, trabalhos informais, doenças etc., dificuldades de acesso aos serviços das diferentes políticas públicas, ruptura ou fragilização dos vínculos de pertencimento aos grupos sociais e familiares.

No conceito de rede, as relações humanas

O vocábulo “rede” lembra uma imagem utilizada hoje para qualificar sistemas, estruturas ou modos de organização empresarial ou governamental que se caracterizam por reunir elementos com similaridade de produtos ou serviços que mantêm alguma ligação entre si, mesmo que se localizem em diferentes pontos de um território ou país. Porém, nem tudo o que nomeamos rede o é necessariamente.

Martinho (2003) adverte para um problema: “Quando tudo indiscriminadamente torna-se rede, essa vigorosa ideia-força perde brilho e poder explicativo e, o que é pior, deixa de ostentar algumas de suas características mais preciosas: seu poder criador de ordens novas e seu caráter libertador”.

A rede da qual tratamos neste caderno é aquela que articula intencionalmente pessoas e grupos humanos, sobretudo como uma estratégia organizativa que ajuda os atores e agentes sociais a potencializarem suas iniciativas para promover o desenvolvimento pessoal e social de crianças, adolescentes e famílias nas políticas sociais públicas.

Etimologicamente, a palavra “rede” origina-se do latim *rete*, *retis*, com o sentido de: teia (de aranha); rede, laço; sedução (HOUAISS, 2001). Considerando o caráter polissêmico da palavra, faz-se necessário destacar, em alguns autores, sentidos que contribuam para a compreensão desse conceito quando aplicado às redes sociais, comunitárias e como referências de organização.

Na sociologia, para Castells (1998), uma rede é “um conjunto de nós conectados, e cada nó, um ponto onde a curva se intercepta. Por definição, uma rede não tem centro, e ainda que alguns nós possam ser mais importantes que outros todos dependem dos demais na medida em que estão na rede”.

Castells aponta a interdependência entre os nós de uma rede não ignorando as diferenças que podem residir entre eles e ressaltando que, ainda assim, não se configuraria uma centralidade nesta.

Francisco Whitaker (1998) lembra que a estrutura em rede surge como contraposição à estrutura vertical, permitindo a horizontalidade das relações entre os membros:

O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um “chefe”, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo (WHITAKER, 1998).

Essa malha, ou teia metafórica da rede, contribui para a compreensão e a análise de uma das formas como os indivíduos, grupos e organizações podem estabelecer relações mais cooperativas entre si.

Tanto quando consideramos a rede como representação organizacional, como quando a pensamos do ponto de vista das relações de apoio mútuo, articuladas por meio das relações de parentesco, amizade ou vizinhança, a base da atuação em rede é a construção da confiança entre os participantes.

Construir redes significa apostar em relações humanas articuladas entre pessoas e grupos que, no debate das diferenças, possam ajustar intenções mais coletivas e produtivas para todos.

M. Clotilde Rossetti-Ferreira (2000) introduz uma nova interpretação de rede a partir do conceito de **rede de significações**, possibilitando uma compreensão do conteúdo simbólico das relações como mediadoras do desenvolvimento humano nas situações interativas. Ela assim define a rede de significações:

Esta rede estrutura um “meio” que, a cada momento e situação, captura e recorta o fluxo de comportamentos das pessoas, tornando-os significativos naquele contexto. (...) Pessoas e redes de significações sofrem mútuas e contínuas transformações, canalizadas por características físicas e sociais do contexto, numa dinâmica segmentação e combinação de fragmentos de formações discursivas e ideológicas, experiências passadas, percepções presentes e expectativas futuras (ROSSETTI-FERREIRA, 2000) .

Tal interpretação permite perceber a rede como um canal por onde fluem expectativas, culturas, valores, temores, e não apenas a comunicação racional de informações e projetos comuns. Os caminhos construídos pelos participantes das redes refletem o entrelaçamento de intenções e resistências nem sempre capturáveis pelo discurso explícito dos sujeitos. Daí porque o esforço de convergência para o alcance dos objetivos da rede não anula as diferenças de cada participante, e sim, por vezes, o explicita.

Como os componentes da rede são diversos em sua natureza, estrutura e capacidade de ação, é preciso trabalhar na perspectiva de compatibilizar tempos heterogêneos e buscar consensos parciais para cada momento do processo.

Sendo uma nova cultura para a gestão pública, a rede sugere, sobretudo, uma arquitetura de complementaridade na ação. Os desafios para sua implementação ainda são muitos, pois a atuação em rede supõe a socialização do poder, o respeito às autonomias e a negociação.

Rogério Costa (2005) afirma que as análises mais recentes sobre o tema das redes as aproximam do conceito de comunidade. Lembra o autor que, numa sociedade mais complexa, há um novo tecido de relações interpessoais que mescla o conceito de “comunidade” ao de “rede social”. Nesse sentido, assinala:

Se solidariedade, vizinhança e parentesco eram aspectos predominantes quando se procurava definir uma comunidade, hoje eles são apenas alguns dentre os muitos padrões possíveis das redes sociais. (...) Estamos diante de novas formas de associação, imersos numa complexidade chamada rede social, com muitas dimensões, e que mobiliza o fluxo de recursos entre inúmeros indivíduos distribuídos segundo padrões variáveis (COSTA, 2005).

No contexto dessa mudança, emerge com destaque o conceito de capital social. Este poderia ser entendido, segundo o autor, como:

(...) a capacidade de interação dos indivíduos, seu potencial para interagir com os que estão a sua volta, com seus parentes, amigos, colegas de trabalho, mas também com os que estão distantes e que podem ser acessados remotamente. Capital social significaria aqui a capacidade de os indivíduos produzirem suas próprias redes, suas comunidades pessoais (COSTA, 2005).

³ Ver, nas Referências, PUTNAM (2000) BAIARDI (1997) e FREY (2003), que discutem especialmente as pesquisas de Putnam na Itália.

Pesquisas têm demonstrado que a existência de capital social e também a presença de associações, organizações, escolas, empresas, igrejas, grupos culturais etc. fazem a diferença para o desenvolvimento humano e social e aumenta a confiança e a sensação de proteção social.³ Os principais achados dessas pesquisas mostram que o grau de coesão social, a profundidade das ligações e a natureza das relações com as instituições melhoram a qualidade de vida dos cidadãos.

Além disso, as instituições sociais – escolas, igrejas, clubes, organizações não governamentais etc. – continuam a cumprir um papel importante na articulação das relações sociais, refletindo diretamente os valores, comportamentos e normas sociais de cada sociedade. Funcionam como referência para as relações sociais, apesar de todas as críticas que vêm sofrendo (COSTA, 2005).

A dinâmica das redes e a melhoria das práticas institucionais

As experiências de implementação nos processos das diferentes redes têm gerado inúmeros estudos, reflexões e, conseqüentemente, diversos aprendizados sobre aspectos a serem considerados quando trabalhamos ou pretendemos atuar nelas.

- ▶ A mobilização contínua das redes quase sempre exige ancoragem/suporte de uma equipe que se dedique ao trabalho de articulação e animação do processo. Em alguns casos, um financiamento pode ser necessário para a expansão das atividades.
- ▶ As redes se organizam em processos horizontais, ou seja, não pressupõem uma hierarquização. Assim, não há chefes ou postos de comando equivalentes nesse tipo de estrutura.
- ▶ A participação deve ser sempre objetivada e estimulada, uma vez que o critério de pertencimento deve ser a adesão livre de todos os participantes.
- ▶ O que agrega valor à proposta de uma rede de proteção social é a boa definição de seu foco de atuação. A existência de um objetivo bem definido pode ser decisivo para o sucesso dessa rede. Uma “ideia-força” faz grande diferença!
- ▶ A rede pressupõe a assunção de papéis e responsabilidades que podem se alternar no processo, uma vez que o revezamento nesses papéis adquire um caráter de desenvolvimento permanente de seus participantes, sem haver sobrecarga para eles.
- ▶ Os papéis de facilitadores ou mediadores na rede são de grande importância, pois se faz necessária a competência para organizar as pautas, a partir das propostas coletivas, moderar as discussões nos encontros e objetivar os diferentes encaminhamentos. O caráter de adesão muitas vezes confere uma informalidade que não pode incorrer na indefinição das responsabilidades e conseqüente esfacelamento da rede.
- ▶ A articulação com todas as redes formais e especificamente com as redes de proteção sociocomunitárias é fundamental e ocorre em diferentes níveis. Para tanto, atores ou grupos que tenham maior habilidade nessa tarefa devem ser identificados e mobilizados a colaborar nessas ações. São “os pontos da rede” que assumem continuamente as ações de articulação internas e externas à rede.
- ▶ A realização de encontros presenciais, propostos por meio da elaboração de uma agenda comum, caracteriza-se como uma estratégia importante, pois permite o reconhecimento de contornos ao processo da rede, principalmente, mas não exclusivamente, nos seus momentos iniciais.
- ▶ Com exceção das redes primárias ou informais, as redes mais estruturadas, como as de proteção sociocomunitárias, precisam de constante mobilização, uma vez que as vantagens de sua existência e ações não revertem automaticamente em ganhos diretos aos participantes. Nesse sentido, a despeito de a

rede ter um objetivo maior, é importante considerar a possibilidade de propostas de realizações de curto prazo que garantam um conjunto de pequenos sucessos, como estratégia para manter a rede aquecida.

- ▶ A comunicação é um vetor de extrema importância nos processos grupais de formação de uma rede. A circulação da palavra e o acolhimento e a escuta do outro devem ser assegurados e estimulados.
- ▶ A expressão das ideias, opiniões e propostas, e o exercício de ouvir e compreender o outro contribuem para uma melhor dialogicidade do processo, permitindo que os diferentes participantes desenvolvam esquemas conceituais, referenciais e operativos comuns na dinâmica dos diferentes encontros.
- ▶ A ocorrência de flutuações na frequência dos participantes aos encontros programados não é necessariamente um problema. Podemos considerar tal situação como característica no processo das redes, desde que haja um acompanhamento e estratégias de manutenção da adesão, por exemplo: solicitar que as pessoas comuniquem previamente sua ausência e, se possível, enviem outros representantes ou, ainda, a presença de pelo menos dois participantes por segmento institucional, quando for o caso, independentemente da presença de representantes.
- ▶ A comunicação das diversas etapas do desenvolvimento, propostas e ações no processo da rede deve ser assegurada a todos os envolvidos, de modo a contribuir no sentimento de pertença e de pertinência. Sentir-se parte da rede é estar conectado com e no processo.
- ▶ Os registros precisam de uma atenção especial. Entre os diferentes papéis a serem assumidos, a tarefa da realização de registros e o rodízio de relatores ao longo do processo é de vital importância, pois assim serão asseguradas a história e a memória dos diversos momentos da rede, sob a riqueza dos diferentes estilos e percepções dos relatores. Os registros são o instrumento de identidade de uma rede.
- ▶ Os registros podem ter mais de uma dimensão. O uso de diários de bordo – registro de cada encontro – pode constituir a memória documental do processo da rede a médio e a longo prazos e ter a função de reavivar o clima grupal ao ser lido no início de cada novo encontro, o que permite maior coerência entre os encontros, uma vez que resgata as discussões, as propostas e os encaminhamentos anteriores.
- ▶ A realização de eventos de mobilização e de comemoração tem, nos processos de rede, uma incrível capacidade de agregação, manutenção da adesão e de promover maior visibilidade das ações da rede. Os eventos podem ocorrer no início, ao longo do processo e para celebrar e divulgar diferentes resultados alcançados.
- ▶ O trabalho inicial com diferentes atores, grupos ou instituições demanda um manejo estratégico que busca assegurar:
 - o conhecimento, o reconhecimento e o respeito mútuo de todos os participantes;

- a frequente explicitação de que participar de uma rede com um objetivo comum não constitui ameaça à identidade ou à especificidade de cada participante; contudo, a participação em processos mais amplos como a rede permite, ao longo do processo, a revisão de práticas institucionais;
 - o reconhecimento da importância de todos os envolvidos, procurando, sempre que possível, a abertura de um espaço de pauta nos encontros para a apresentação de notícias dos grupos ou instituições participantes;
 - a identificação das potencialidades contidas nos diversos participantes, de modo a indicar ou solicitar tarefas específicas àqueles que apresentarem determinada competência, por exemplo: se uma ação ou tarefa da rede requerer a entrada em uma comunidade “muito fechada”, aqueles que tiverem mais habilidade de articulação ou conhecimento do local deverão ser lembrados para colaborar diretamente;
 - que os diferentes papéis na rede não são fixos; assim, o revezamento constitui uma grande oportunidade para o desenvolvimento de novas habilidades e competências.
- ▶ Uma rede de proteção social deve ter como condição inerente à realização de seus objetivos uma proposta de desenvolvimento permanente de seus integrantes. Uma maior eficiência e efetividade requerem um aprofundamento maior e domínio sobre o campo em que se pretende atuar. Assim, momentos de discussão precedidos de estudos das contribuições dos diversos atores, bem como a pesquisa e a busca de novos subsídios para enriquecer o debate, serão de suma importância.
 - ▶ A rede demanda uma reflexão contínua sobre as suas formas de funcionamento e as diferentes estratégias empregadas em sua constante mobilização. Queremos dizer com isso que, em suas diferentes etapas, a estrutura deve assegurar relativa flexibilidade para se adequar às novas necessidades, podendo haver modificações sempre que o momento assim o justificar.
 - ▶ Uma rede de proteção social precisa estar focada em seu objetivo e sua(s) temática(s). Uma generalização para muitos temas pode incorrer em uma descaracterização, perda de foco e conseqüente perda de potência da rede. Para tanto, os facilitadores ou animadores da rede podem estar organizados como um intragrupo no contexto da rede, um núcleo animador que zele pelo seu foco e que esteja alerta para os riscos de descaracterização.
 - ▶ Um núcleo animador se posiciona quando um novo tema é proposto na rede e viabiliza estratégias para que possam ser realizados os devidos debates e apreciações por todos os envolvidos, de modo a avaliar tal incorporação.
 - ▶ Uma rede de proteção sociocomunitária tende a se fortalecer à medida que são estimuladas parcerias internas e externas.
 - ▶ As parcerias internas potencializam as ações dos diversos atores e ampliam o grau de adesão entre os participantes e deles com a rede.
 - ▶ As parcerias realizadas junto a outras redes ou a segmentos estratégicos po-

dem assegurar maior visibilidade e fortalecimento da rede em fóruns mais ampliados.

Trabalhar em redes de proteção social na comunidade requer a apreensão de um novo paradigma, tanto no que tange ao exercício de novas formas de relação quanto a um novo modelo de gestão de uma causa coletiva.

Quando a rede contém participantes institucionais (representantes do poder público, ONGs, instituições e fundações empresariais), estes não se descaracterizarão em relação aos seus objetivos institucionais, tampouco abandonarão suas formas de organização.

O exercício e o aprendizado contínuo na participação dessas redes possibilitam um aprimoramento e melhorias significativas para cada grupo ou organização que se insira na rede, no tocante às suas práticas institucionais.

UMA CONVIVÊNCIA GRUPAL QUE MOBILIZA, PROTEGE E DESENVOLVE SEUS PARTICIPANTES

Vivemos e transitamos em muitas redes com importantes funções para a garantia de nossa proteção pessoal, nosso desenvolvimento social e profissional e nossa inserção no mundo da cidadania. O que explica a existência de múltiplas redes são as nossas necessidades humano-sociais, pois agregar-se para atuar em conjunto reduz o nível da incerteza e dos riscos no enfrentamento das questões pessoais, sociais e políticas.

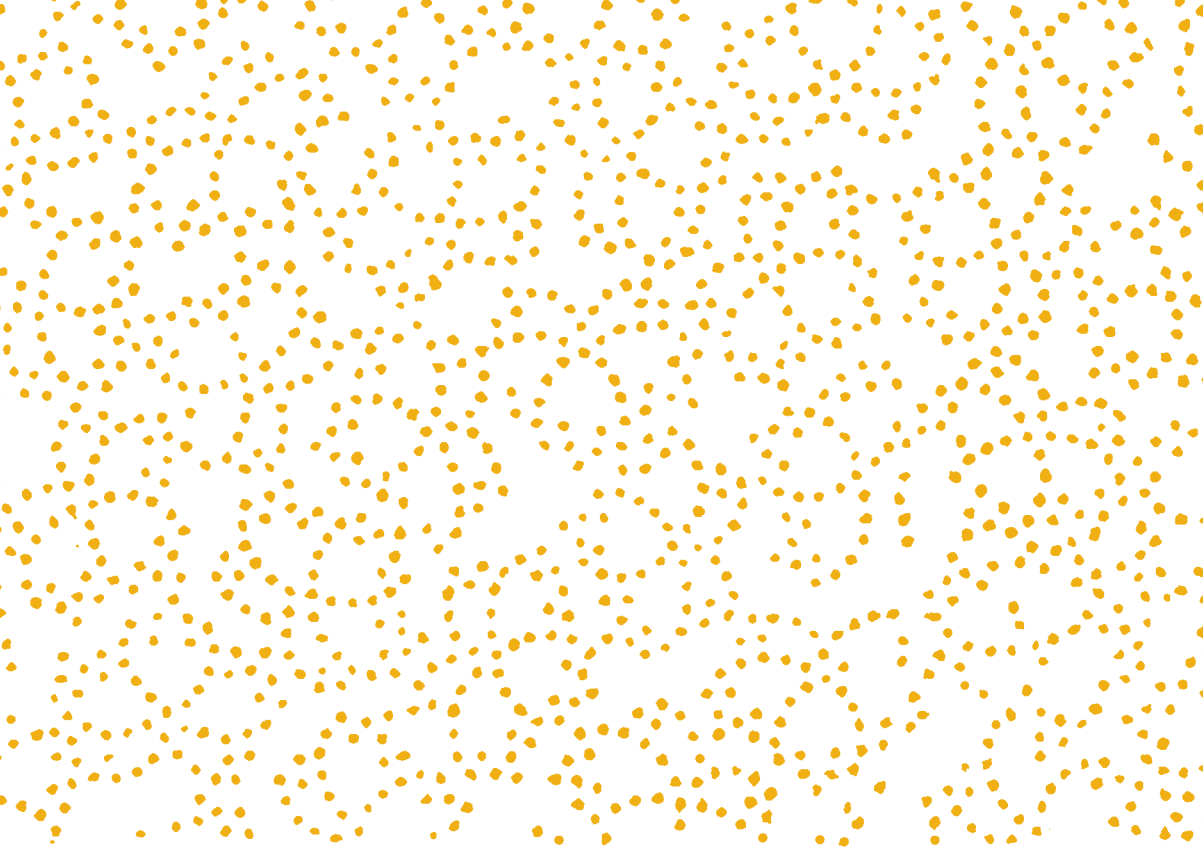
Há várias alternativas de classificação das redes sociais. Apresentamos a seguir um modo de organização de redes baseado em pesquisa de redes sociais de proteção para crianças e adolescentes em três municípios paulistas.⁴

A pesquisa permitiu estudar e conhecer as redes de base local que garantem proteção e desenvolvimento integral ao segmento infantojuvenil nos municípios ou em regiões dentro dos municípios maiores ou metrópoles.

A presença de estruturas ainda piramidais e verticalizadas é uma realidade que gradativamente vem se flexibilizando para permitir a oxigenação das estruturas que a dinâmica das redes favorece. Nesse processo, atualmente já se podem observar ações governamentais congregando várias secretarias municipais e a forte atuação de representantes públicos em movimentos, fóruns e projetos mistos com presença de organizações e grupos sociais.

Um aspecto importante dessa classificação foi o reconhecimento das redes informais que se “tecem a partir do espaço doméstico, da família, da vizinhança; da rua, do quarteirão; da pequena comunidade” (GUARÁ, 2000).

4 A pesquisa foi coordenada primeiro pela Profª Maria do Carmo Brant de Carvalho e, em sua segunda edição, pela Profª Isa Maria F. R. Guará, e publicada pelo Instituto de Estudos Especiais – IEE PUC-SP / Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência – CBIA, 1995/2000, com o título: Gestão Municipal dos Serviços de Atenção à Criança e ao Adolescente.



Outro nível de organização em rede, que se estrutura a partir do espaço público, tem como principal protagonista o Estado e se fundamenta nas relações formais, institucionais – embasadas em obrigações, deveres e direitos.

Destacamos ainda neste estudo a rede pública comunitária, cidadã, solidária, que tem como protagonistas as diversas organizações não governamentais ou iniciativas de grupos organizados que, pela proximidade, oferecem os serviços mais acessíveis aos cidadãos.

O mercado também oferece sua rede de serviços de caráter privado e fins mercantis com atendimento mais voltado à população com condições de pagamento dos serviços. A alguns serviços especializados só se tem acesso na rede privada.

Por fim, destacamos as redes de caráter mais político: “as redes que ‘oxigenam’ todas elas” – as redes sociais movimentalistas que se apresentam em movimentos, fóruns e grupos de pressão que pautam a agenda pública em suas lutas pela afirmação de direitos.

À exceção da rede de proteção espontânea, que consideramos uma rede do tipo rede primária, todas as demais podem ser entendidas como redes secundárias de proteção.

Segundo Lia Sanicola (2001), as redes secundárias formais (instituições, organizações, serviços) organizam-se sob a base do princípio da igualdade e da exigibilidade, utilizam a redistribuição como método e caracterizam-se pela troca fundada no direito de cidadania.

Espaços e redes de proteção



⁵ Ver na página 71 deste caderno o artigo "Família e rede social", com foco nesse tipo de rede. Ver também nas páginas 64 e seguintes do caderno *Cada caso é um caso* desta coleção uma metodologia para o trabalho com a rede de relações a partir da família

Redes primárias ou de proteção espontânea⁵

As redes primárias ou de proteção espontânea são aquelas que se organizam na perspectiva do apoio mútuo e solidariedade, como nas relações afetivas, de parentesco, de proximidade com amigos, vizinhos e nas relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade. Essas formas de rede são tecidas no cotidiano, estimuladas pelas demandas de apoio, convivência e, frequentemente, passam despercebidas pelos sujeitos que nela se inserem e se relacionam.

Essas redes informais independem da presença ou contato com as redes mais estruturadas, ainda que tais pessoas ou grupos possam estar interligados, participando de outras redes. As formas primárias de proteção, com o conceito alargado de família, constituem uma base de segurança do grupo familiar, pois frequentemente se mantêm quando outras formas de redes se desarticulam.

Essa segurança se esgarça mais comumente em famílias que vivem nas grandes cidades em situação de pobreza e alta vulnerabilidade, em territórios fora da legalidade da cidade e da cidadania. Vivem em geral em ocupações irregulares, trabalham no mercado informal, não pagam impostos nem possuem seguros e dependem da assistência social. Nesse caso, as redes primárias que constroem também são frágeis e têm pouca potência de inclusão cidadina (CARVALHO, 2008b).

A fragilização dos círculos de proteção sustentados por essas redes é um significativo fator de risco para a ruptura do cuidado familiar, sem considerarmos os graves prejuízos para as crianças e os adolescentes que se encontram em estado de abandono ou negligência.

O que sustenta implicitamente esse tipo de rede é a reciprocidade nas relações. Uma forte identificação em face das necessidades de um ou mais indivíduos, em determinado grupo, de uma determinada comunidade, mobiliza a solidariedade dos demais, pautados no caráter de pertencimento e de identificação com o outro.

Há, ainda, um tipo de proteção que advém das redes de relações de proximidade geradas pela família e organizações comunitárias do microterritório.

Redes de serviços sociocomunitários

As redes de serviços sociocomunitários podem ser compreendidas como redes microterritoriais. Elas expressam o grau de coesão e confiança social ativa de seus habitantes, evidenciando o capital social acumulado por eles.

A efetividade dos serviços das políticas públicas depende de sua inserção nos microterritórios e de uma articulação maior com as redes sociocomunitárias aí presentes. É hoje sobejamente conhecida a importância da relação próxima e participativa dessas redes para construir sentido de pertencimento e de comunidade. O grupo familiar e comunitário constitui a condição objetiva e subjetiva de pertença e não pode ser descartado quando se projetam processos de inclusão social.

Crianças e adolescentes precisam de convivência comunitária. Também a cidade carece de comunidade. Carvalho (2008b) nos ajuda a precisar o que hoje se chama de comunidade:

Comunidade e microterritório quase sempre se confundem. O território, como Milton Santos afirma, é o território físico ocupado, lugar onde pulsa o cotidiano vivido por um coletivo. Comunidade refere-se ao coletivo de pessoas que mantêm relações de reciprocidade e proximidade para mover seu cotidiano de vida. O sentido que sempre se atribuiu à noção de “comunidade” é o de “compartilhamento fraterno”, reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário. Hoje, as novas formas de se fazer comunidade, as redes sociais e os vínculos relacionais, ocorrem no território de moradia mas igualmente num território de vida que extrapola o da moradia (CARVALHO, 2008b).

O Estado, pela via de suas instituições e serviços, tem um papel importante no fortalecimento da comunidade e do capital social, isto é, na recuperação da confiança social hoje perdida. Por outro lado, as organizações da comunidade podem conferir legitimidade, confiança e efetividade aos serviços públicos instalados nos territórios da cidade.

Com o novo conceito de rede que impregna a sociedade e a gestão, os serviços públicos devem fazer um deslocamento no olhar e na ação, comprometendo-se com as demandas do território e comunidade e abrindo-se à participação e à construção coletiva.

As redes de serviços sociocomunitários são uma extensão das redes sociais espontâneas. O que as diferencia é o grau de organização dessas últimas para atender demandas mais coletivas e menos difusas no espaço comunitário. O que lhes garante identidade é a relação comunitária cidadã, solidária no acolhimento das demandas emergentes que resultam da inexistência ou insuficiência das políticas sociais públicas.

Nessas redes, a solidariedade do convívio e do afeto da rede espontânea é substituída pela solidariedade do compromisso e da responsabilidade compartilhada. As redes de serviços sociocomunitários oferecem ajudas pontuais, serviços e programas cuja demanda não tem cobertura dos serviços públicos. Esses serviços apresentam mais flexibilidade e respostas mais ágeis em relação às demandas, pois, em geral, estão mais próximos à população.

O desenvolvimento de uma criança depende não apenas das condições de proteção dentro de sua rede primária básica – no microsistema familiar – mas também, segundo Bronfenbrenner (1979), da interação com o mesossistema, que se localiza nas redes de serviços sociocomunitários, como a creche, a escola, as igrejas, as organizações sociais não governamentais, os grupos organizados e as pequenas iniciativas não formais de proteção.

As redes sociocomunitárias no território contam com serviços e ações tanto no campo da assistência social quanto no campo da saúde, educação etc. que deveriam vincular-se às políticas públicas, pois, muitas vezes, oferecem programas comunitários que preenchem a lacuna de serviços inexistentes, como é o caso das escolas comunitárias e das parteiras em algumas comunidades do país. Atuam inclusive em ações de infraestrutura urbana, em que a precariedade das condições de vida e o clamor por serviços são uma urgência constante, realizando a coleta de lixo, a limpeza de córregos, o transporte coletivo etc.

As organizações têm pouca visibilidade, já que seu âmbito de ação é restrito ao microlocal. Sua característica básica é a de prestarem serviços de proximidade conduzidos, em geral, por grupos voluntários e sustentados por poucos recursos financeiros. Mas têm a vantagem de movimentar os espaços comunicativos primários e as redes espontâneas de sociabilidade.

A rede de serviços sociocomunitários, que hoje vem se preocupando com sua profissionalização e competência, ganha crescente importância como parceira privilegiada do Estado, no enfrentamento da questão social, articulando-se atualmente com as redes movimentalistas de defesa dos direitos e ampliando sua atuação a partir do microterritório.

Redes sociais movimentalistas

Costumamos dizer que as redes sociais movimentalistas⁶ oxigenam todas as demais redes nascidas na comunidade/sociedade, conformando-se como movimentos sociais de defesa de direitos, de vigilância e luta por melhores índices de qualidade de vida. Com sua ação política e de controle social, elas balançam os alicerces corroídos das estruturas e dos serviços que estagnaram, pois são instituintes de novas demandas de justiça social.

Nessas redes, é comum encontrarmos, em seus integrantes, referências à participação anterior ou concomitante em redes sociocomunitárias. Identificados politicamente e/ou sensibilizados no seu cotidiano pelo limite e alcance das políticas públicas setoriais, muitos sujeitos e grupos se organizam de modo a atuar mais amplamente transformando suas reivindicações e propostas organizadas em uma agenda ou bandeira comum.

Nesse tipo de rede nota-se especialmente a incidência de pessoas atuantes em diferentes ciclos reivindicativos, com participação concomitante e continuada em diversos espaços (pastorais, sindicatos, assessorias, ONGs etc.).

A articulação e o apoio às redes movimentalistas, buscando a qualificação e a efetividade do atendimento de suas demandas, é um dos papéis do Conselho Municipal/ Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foram os seminários e fóruns temáticos promovidos por essa rede movimentalista que ajudaram a promover as alterações nos indicadores do trabalho infantil no Brasil e nos números da violência doméstica. Foram também responsáveis pela aprovação ou pelo bloqueio de emendas ou leis regulamentadoras.

A existência dos “fóruns de direitos”, simpósios e debates, nos diferentes níveis de ação, são estratégias importantes para a rearticulação ou a articulação de redes sociais movimentalistas instituintes, que tornam visíveis e problematizam as novas demandas da realidade local ampliando as conquistas legais com a participação da sociedade civil.

Inojosa (1999) refere-se às redes sociais como redes de compromisso social, lembrando o caráter mobilizador da rede:

A rede de compromisso social é aquela que se tece com a mobilização de pessoas físicas e/ou jurídicas, a partir da percepção de um problema que rompe ou coloca em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas de desenvolvimento social.

⁶ Conceito construído e desenvolvido por Ana Maria Doimo, em *Movimentos sociais e conselhos populares*; Ver Referências.

Redes setoriais públicas

Denominamos de redes setoriais públicas aquelas que prestam serviços de natureza específica e especializada, resultantes das obrigações e dos deveres do Estado para com seus cidadãos. Muitos de seus serviços fundamentais, especialmente para a população de mais baixa renda, já estão consolidados e são permanentes, mas podem funcionar também como pontos de resistência a mudanças que exigem a desacomodação das posições e poderes instituídos.

Assim, qualquer ação interinstitucional tende a caminhar de modo mais lento, pois fica à mercê da burocracia e sem conexão real entre programas e serviços.

O termo “rede” é empregado para se referir ao modo como os serviços públicos, a partir das políticas setoriais, se organizam. Aqui, a “rede” é um sistema hierárquico, verticalizado, para o ordenamento de atividades, expresso, por exemplo, na expansão quantitativa e descentralizada de escolas e unidades básicas de saúde.

Neste sentido, o emprego do termo define sistemas institucionais de gestão e de prestação de serviços. Tais sistemas tendem à padronização e ao enrijecimento na sua oferta à população. Resulta desse modelo de organização, uma baixa eficiência em responder às necessidades dos segmentos mais vulneráveis da população.

A prática de articulação entre as diferentes políticas setoriais ainda é relativamente incipiente, muito embora algumas propostas tenham sido elaboradas e implementadas por meio de diferentes programas, tais como os programas de complementação de renda e de combate ao trabalho infantil, que se articulam com a obrigatoriedade de frequência de crianças e adolescentes em idade escolar em unidades do sistema educacional.

Cabe ressaltar, como exemplo, uma proposta elaborada, em âmbito interministerial, bastante recente, denominada Mais Educação,⁷ que explicita a intenção de articular diferentes projetos da política da Educação, da Cultura, Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social, do Esporte, da Ciência e Tecnologia, e da Secretaria Especial da Juventude, que visa integrar ações nos municípios com baixos indicadores educacionais. O Programa prevê um financiamento específico para sua implementação, articulando os diversos projetos e ações das diferentes políticas setoriais em questão.

Igualmente, pode-se citar o Projovem⁷ que convoca no seu fazer a ação integrada entre políticas setoriais de assistência social, educação e trabalho.

Rede privada

A iniciativa privada, o mercado, também adota a organização em redes, embora estas sejam bastante distintas do conceito de rede que aqui se discute preferencialmente. Podem-se citar as redes atacadistas, de varejo, lojas e de prestação de serviços.

⁷ Com o programa Mais Educação, (...) cerca de 1,4 milhão de alunos do ensino fundamental de 47 cidades, entre capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 200 mil habitantes, terão atividades diárias depois das aulas. O programa é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Fonte: MEC / SECAD (1.04.2008).

⁷ Consultar o site: <<http://www.projovem.gov.br>>.

Como práticas mais contemporâneas, grandes, médias e até pequenas organizações têm se reorganizado em outra forma de redes que se estruturam na lógica da cadeia de produção. Esse modelo de gestão, também conhecido como *just in time*, organiza-se por meio de uma rede de fornecedores e distribuidores.

O que nos interessa destacar, a partir desse exemplo, é que, nessa forma de organização em redes, já não são estruturadas apenas unidades comuns, e sim uma diversidade de fornecedores de matéria-prima, partes ou peças produzidas por terceiros que alimentam a produção ou a montagem, incluindo aqui uma rede de distribuidores ou concessionárias.

Esses exemplos servem para ilustrar que a dinâmica do trabalho em redes é bastante empregada em diferentes níveis no setor privado na busca de maior eficiência e efetividade na organização de seus negócios.

Embora a rede privada seja acessível somente a parcelas restritas da população, ela oferece serviços mais especializados e de cobertura ampla. Pequenos serviços e negócios nas comunidades mais populares são pagos pela população que tem dificuldade de acesso aos serviços públicos. Essa rede costuma ser estendida também aos trabalhadores do mercado formal, via convênio, possibilitando assim, a uma camada da população de baixa renda, o acesso a outras opções de atendimento.

Não necessariamente articuladas em rede, mas coexistindo com diversos serviços públicos disponibilizados por redes locais, há uma gama de serviços, os quais, embora de natureza privada, constituem, nos microterritórios, uma oferta diversificada de serviços voltados à população de baixo poder aquisitivo. Entre essas, destacam-se os serviços oferecidos na educação, cultura e esportes, tais como unidades de educação infantil, por exemplo: creches, escolinhas de esportes, de música, de informática etc. São serviços oferecidos a custos mais acessíveis, utilizados pela população quando ela não encontra ou não acessa os de natureza pública.

A interconexão entre as redes

Ao enfocarmos as redes de proteção social na comunidade, temos de considerar, necessariamente, a presença de redes informais ou primárias, bem como a de redes mais estruturadas ou formais. Anteriormente, abordamos separadamente as distintas redes, de modo a nos determos um pouco mais sobre sua caracterização. Na prática, as redes podem, na perspectiva dos sujeitos a elas referenciados, coexistir, variando em seus objetivos, abrangências, estratégias empregadas de articulação e, conseqüentemente, nos resultados alcançados.

As redes primárias coexistem com todas as outras formas mais estruturadas de rede. Como as relações nelas se dão de modo espontâneo, tecidas no cotidiano, podemos considerá-las como a capilarização que alimenta outros modos de articulação que se formalizam em uma comunidade.

As redes movimentalistas também não encontrariam sua ancoragem e legitimidade não fossem os pontos de contato e articulação com as demandas reais da população, expressas e organizadas, por meio das redes sociocomunitárias.

No contexto da proteção social comunitária, as redes setoriais públicas ora são referidas em suas limitações – ausência ou presença parcial do Estado – o que muitas vezes é o disparador para a organização de redes sociocomunitárias ou movimentalistas, ora se fazem presentes articulando-se com as demais redes.

No processo de complementariedade do atendimento, vemos hoje as organizações não governamentais administrando programas sociais sob convênio com o setor público, creches comunitárias, abrigos, entre outros programas.

Cabe mencionar que, na perspectiva da rede de proteção comunitária, tanto os serviços públicos diretos quanto os conveniados com associações ou entidades religiosas comunitárias, constituem uma trama na qual novos “nós” se formam articulando distintos atores: servidores públicos, profissionais contratados, lideranças comunitárias e/ou religiosos. 🍷

Referências

- BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.
- BRASIL. LEI Nº12.010/2009, DE 3 DE AGOSTO DE 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério da Educação/SECAD. Programa Mais Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article>. Acesso em: 4 dez. 2009.
- BRONFENBRENNER, Urie. Ecological system theory. *Annals of Child Development*, Greenwich, 6, p. 187-249, 1989.
- _____. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Redes de atendimento para a proteção integral de adolescentes em conflito com a lei. In: *Justiça juvenil sob o marco da proteção integral*. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, 2008a.

- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Contribuições para a discussão de redes de proteção*. São Paulo, 2008b. Documento escrito a pedido.
- CASTELLS, Manuel (1998). *Hacia el estado red?* Globalización económica e instituciones políticas en la era de la información. In: SEMINÁRIO SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO. Brasília, 1998.
- COSTA, Rogério. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v. 9, n. 17, p. 235-48, mar./ago. 2005.
- DOIMO, Ana Maria. *Movimentos sociais e conselhos populares: desafios da institucionalidade democrática*. Caxambu, 1990. Mimeografado.
- GUARÁ, Isa M. F. R. (Coord.). *Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente*. 2. edição. São Paulo: IEE – PUC-SP/CBIA, 2000.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Ed. Objetiva Ltda., 2001.
- INOJOSA, Rose M. Sinergia em políticas e serviços públicos: Desenvolvimento social com intersectorialidade. *Cadernos Fundap*, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.
- MARTINHO, Cássio *et alli* (Coord.). *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF-Brasil, 2003.
- ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia S; SILVA, Ana Paula S. Uma perspectiva teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 281-293, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2008.
- _____ (s.d). Entrevista para a Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.vademecum.com.br/sbpd/ferreira.htm>>. Acesso em: 10 maio 2008.
- SANICOLA, Lia. L'approccio di rete alla salute comunitaria. Una prospettiva di rete per le politiche sociali - Parte Prima. In: *Approche Communautaire de la santé et inégalités sociales*, Bruxelles: Actes du Colloque, 2001.
- TORO, A. José Bernardo & WERNECK, Nízia. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. 1996. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publica%E7%F5es/mobilizacao_social.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2008.
- WITHAKER, Francisco (1998). Redes: uma estrutura alternativa de organização. *Rits*. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_estrutalternativa.cfm>. Acesso em: 10 maio 2008.



capítulo 2

GRAJAÚ EM REDE ESTIMULA E PROMOVE A CIDADANIA CONSCIENTE

MARIALICE PIACENTINI*

O projeto **Grajaú em Rede pela Cidadania** nasceu a partir de um encontro do padre Paolo Parise da Paróquia N. Sr^a dos Migrantes com a Fundação Fé e Alegria na cidade de São Paulo. A proposta surgiu da necessidade de superar a atuação fragmentada das instituições que atuam no Grajaú, bairro da Zona Sul da capital paulista, onde se registravam, em geral, baixa mobilização comunitária e alto nível de individualismo. Outras instituições foram sensibilizadas e mobilizadas e, no início de 2006, foi realizada a primeira reunião, em um centro de convivência.

Essa primeira reunião contou com a participação de outra rede local, que foi convidada a compor uma rede integrada, pois compartilhavam os mesmos objetivos. Assim, já na segunda reunião, em abril de 2006, estruturou-se a integração das duas redes.

No primeiro ano, foram realizadas reuniões em cada um dos espaços das instituições participantes⁹, para que fosse apresentado o trabalho de cada uma, já que as organizações participantes tinham pouco conhecimento entre si. A partir de 2007, essas reuniões passaram a acontecer em data e local fixos.

O ano de 2006 foi dedicado a identificar o foco de atuação da rede e construir, de forma participativa, o planejamento das atividades. A motivação de todos era o desejo de superar os principais problemas identificados pelo grupo:

⁹ Instituições participantes: A Mão Cooperadora – Obras Assistenciais e Educacionais; Associação Assistencial Canto da Criança; Coletivo Balaio Grajaú; Centro de Convivência Santa Dorotéia; Comunidade Cidadã; Curso de Desenvolvimento Comunitário; Evento pela Paz no Grajaú; EMEF Padre José Pegoraro; Fundação Fé e Alegria; Movimento dos Sem Escola; Paróquia Nossa Senhora dos Migrantes; Pastoral da Juventude; Projeto Anchieta; Projeto Travessia; Vento em Popa. Apoios: Cedeca Interlagos; Comissão Diocesana de Políticas Públicas – Diocese de Santo Amaro; Programa de Fortalecimento da Sociedade Civil – Instituto Polis; Programa São Paulo – Instituto Sou da Paz; Ação Educativa; Movimento Nossa São Paulo.

* Marialice Piacentini, Pedagoga, trabalha com a abordagem de Desenvolvimento Comunitário baseado nos Talentos e Recursos Locais e integrante da Grajaú em Rede pela Cidadania.

- violência;
- baixa qualidade da educação;
- desrespeito ao meio ambiente;
- falta de emprego e necessidade de geração de renda;
- crianças, adolescentes e jovens sem atividades socioeducativas e culturais;
- ausência de espaços de lazer.

Apesar da vontade de cada um de iniciar logo a prática, esse primeiro momento de reflexão foi necessário e importante por possibilitar a integração entre os participantes e o amadurecimento das ideias e propostas do grupo.

O foco de atuação que contribuiria para a superação da matriz geradora dos problemas surgiu a partir dessas reflexões, num consenso de que a **educação cidadã** era o caminho para superar as condições atuais e melhorar a qualidade de vida local.

Educação cidadã entendida como aquela que vai além dos espaços escolares e que envolve a família, as instituições sociais, a comunidade local e o poder público na concretização das políticas públicas.

Em abril de 2007, a Rede Grajaú passa a se chamar **Grajaú em Rede – pela Cidadania**. A fim de garantir a boa convivência e o funcionamento, o grupo estabeleceu alguns pressupostos que deveriam ser rigorosamente obedecidos (Quadro 1).

QUADRO 1

NORMAS PARA O FUNCIONAMENTO DA REDE GRAJAÚ – PELA CIDADANIA

1. Horário da reunião: acolhida, recepção com café e início às 8:30, meia hora de espera para a chegada e começo às 9:00, com quem estivesse presente.
2. Comunicação de ausências, de preferência com antecedência.
3. Comparecimento sempre do mesmo representante da Instituição.

5. Definição do grupo como suprapartidário. Os participantes não podem fazer uso do nome do grupo e falar em nome dele em campanhas político-partidárias, salvo com autorização expressa dos participantes.
6. Definição e clareza dos objetivos da reunião.
7. Garantia de um momento de informes no início da reunião.
8. Utilização de uma dinâmica para tornar a reunião participativa.
9. Aprovação da ata após referendo do grupo.
10. Definição de um facilitador da reunião definido na reunião anterior. No caso de algum conflito no grupo, o facilitador fará a mediação ou convidará outra pessoa para mediar.
11. Focalização no ponto positivo das pessoas e fatos.
12. Solicitação de ajuda, quando necessário.
13. Respeito ao outro, ao diferente, sendo o facilitador responsável pela intermediação, quando necessário.
14. Não atendimento a celulares na sala, bloqueio de sinais sonoros e apenas atendimentos de emergência em espaço fora da sala.
15. Responsabilidade pelo lanche assumida em rodízio pelos participantes.

Em 2007, os eventos: lançamento e Fórum

Além das reuniões mensais, garantindo o espaço de reflexão e concretização do planejamento proposto, foram realizados dois grandes eventos:

- Lançamento da Rede Grajaú;
- Fórum Social Sul - Grajaú.

O lançamento, primeira atividade pública da rede, foi realizado no espaço do Centro de Educação Unificado da Prefeitura de São Paulo, CEU Navegantes, com a participação de aproximadamente 150 pessoas. Os objetivos eram divulgar a rede, socializar os dados sistematizados sobre a realidade da educação local e envolver outras pessoas nessa proposta.

LANÇAMENTO DA REDE GRAJAÚ PELA CIDADANIA

- Abertura com apresentação musical.
- Apresentação da Rede Grajaú.
- Apresentação da situação da educação local, com dados oficiais.
- Palestra interativa: “Como a comunidade pode reverter a realidade local?”
- Educação Cidadã no Grajaú – Escola de Pais/Mães – a experiência do Centro de Convivência Santa Dorotéia.
- Apresentação dos resultados do questionário respondido pelos participantes.
- Encaminhamentos finais.

Os dados apresentados evidenciaram o grande número de crianças fora da escola. Para os integrantes, a participação de representantes das escolas, especialmente dos diretores, é de fundamental importância, uma vez que eles enfrentam no cotidiano a precariedade das condições da política pública de educação. De todo modo, percebeu-se a necessidade de somar forças no enfrentamento da situação.

Em seguida ao lançamento, os participantes voltaram-se para a organização do **Fórum Social Sul – Grajaú – FSS**, realizado em 25 e 27 de outubro de 2007.

O fórum, baseado na convicção de que “outra periferia é possível”, foi articulado ao FSS do Jardim Ângela, outro bairro da Zona Sul paulista, que acontecia

desde 2004. Sua realização foi um desafio e um aprendizado para todos, principalmente no aspecto metodológico, por ser o primeiro fórum inspirado na estrutura do Fórum Social Mundial a acontecer na região.

Com o tema **Educação Cidadã**, o objetivo era compreender melhor o significado de como viver essa educação dentro da comunidade Grajaú, nos espaços públicos, nas instituições sociais e públicas e a partir das políticas públicas visando mais e melhor qualidade de vida para todos os cidadãos.

Apesar da chuva – que dificultou algumas participações –, o evento contou com a presença de mais de 200 pessoas de diferentes segmentos: diretores e professores de escolas públicas, gestores, educadores, alunos e pais e integrantes de instituições sociais, moradores locais.

A realização do FSS pela rede foi um marco em sua atuação por envolver diferentes segmentos da comunidade – moradores locais, escolas públicas, instituições sociais – na tentativa de contribuir para a consolidação de políticas públicas que beneficiassem os cidadãos das regiões periféricas, especialmente do distrito do Grajaú.

O evento realizado pelos Grupos de Trabalho foi considerado como de excelente qualidade porque todos puderam discutir os problemas com profundidade e apresentar propostas. O material constituiu a base para nortear a atuação do grupo nos próximos anos.

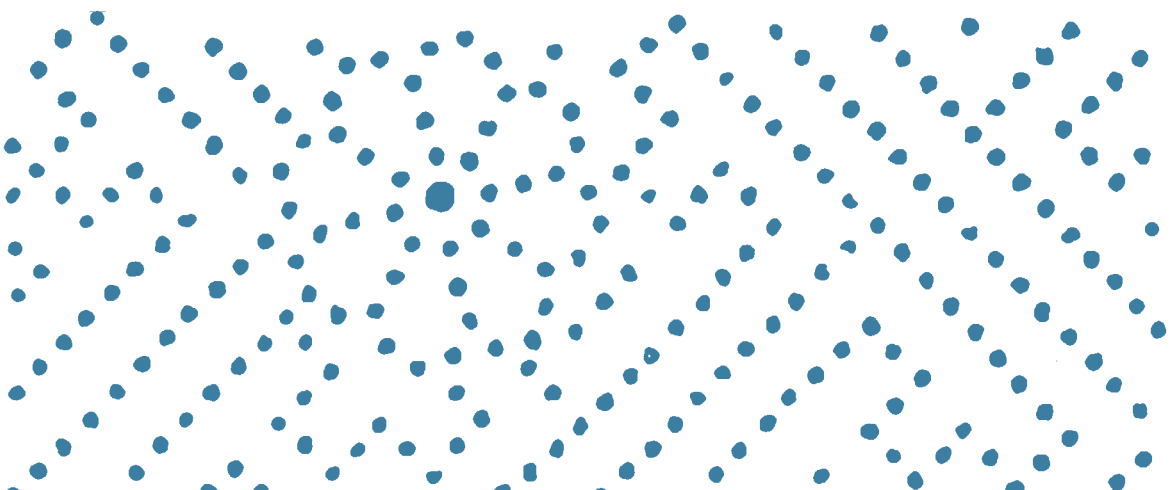
Em 2008, a continuação

A equipe continua em 2008 atuando nas demandas apresentadas pelos Grupos de Trabalho do Fórum Social Sul, classificadas em três eixos: Pesquisa (P), Defesa de Direitos (DD) e Ações em Rede (AR). Estão em fase final o planejamento dos eixos e uma pesquisa¹⁰ sobre a situação da educação local.

A necessidade de investir em **escolas** de pais/mães, seja fortalecendo as já existentes, seja apoiando a implantação de novas, desponta como um projeto de médio e longo prazo, capaz de efetivar as demandas apresentadas para o eixo Ações em Rede.

Acredita-se que a participação ativa dos pais/mães nos espaços escolares e em outros espaços possa provocar um movimento em direção a uma efetiva educação cidadã. 🍌

¹⁰ A ser desenvolvida pelo Instituto Polis.



FÓRUM SOCIAL SUL – FSS

REDE GRAJAÚ – PELA CIDADANIA

QUADRO DAS PROPOSTAS DE AÇÃO DOS GRUPOS

1. ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO GRAJAÚ

- Atualização do mapeamento das entidades e projetos educativos do Distrito.
- Atualização do levantamento dos equipamentos públicos de educação.
- Levantamento dos projetos especiais desenvolvidos nas escolas.
- Divisão do Distrito do Grajaú em subunidades territoriais, contendo informações dos equipamentos públicos existentes.
- Verificação da demanda real de crianças, adolescentes, jovens e adultos, por tipo de atendimento na educação.

2. REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

- Criação de canal de comunicação entre as escolas e equipamentos públicos já existentes na região para a realização de projetos coletivos.
- Criação de fóruns intersecretarias para integração de políticas (educação, cultura, assistência social, esporte, saúde).
- Diálogo entre as redes municipal e estadual de ensino, envolvendo as equipes das escolas com o objetivo de garantir o acesso e a organização do atendimento de acordo com a demanda.
- Fortalecimento das redes de entidades que trabalham coletivamente.

- Criação de novos grupos de entidades da região interessados em discutir temas específicos (por exemplo, escola de pais).

3. AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NO DISTRITO

- Construção de equipamentos de cultura e saúde (quantificar) e melhora do aproveitamento dos espaços já existentes.
- Criação de convênio com a Fundação Paula Souza para ampliação de cursos profissionalizantes (salas descentralizadas). Centro estadual voltado para a Educação Tecnológica, o Paula Souza é uma fundação que administra 141 Escolas Técnicas (Etecs) e 39 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais em 120 cidades no Estado de São Paulo.
- Implantação de uma escola de pais.
- Flexibilização do número de crianças e adolescentes atendidos, prevista no convênio com o município.
- Promoção de cursos de qualificação profissional de curta e média duração.
- Realização de convênios com o Centro de Integração Escola-Empresa – CIEE e outras entidades para estágios (jovens e adultos) empresariais.
- Ampliação das vagas escolares existentes na tentativa de “zerar” a demanda.
- Ampliação de parcerias para subvenção pública a novos projetos demandados pela comunidade.

4. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E DOS MORADORES DO ENTORNO NAS

DISCUSSÕES E REALIZAÇÃO DO PPP¹¹ DAS ESCOLAS

- Fortalecimento dos Conselhos de Escola.
- Fortalecimento dos Grêmios Estudantis.
- Fortalecimento das Associações de Pais e Mestres (APM).
- Criação de condições nas escolas para implantação de projetos educativos com a comunidade, garantindo:
- tempo e remuneração extra para execução do projeto;
- recursos materiais e financeiros (material, transporte, alimentação etc.) para implantação e espaço físico para os encontros.
- Trabalho coletivo (escola e comunidade) com a perspectiva de discutir a realidade local; inserção no currículo escolar: história do Grajaú, do bairro onde a escola está localizada, potencialidades e dificuldades da região.
- Fortalecimento da Agenda 21 Local.
- Garantia de acesso a dados, diagnósticos necessários à execução do projeto.

5. ADEQUAR E IMPLEMENTAR LEGISLAÇÃO QUE ATENDA ÀS NECESSIDADES DE CRIANÇAS/ ADOLESCENTES/ADULTOS

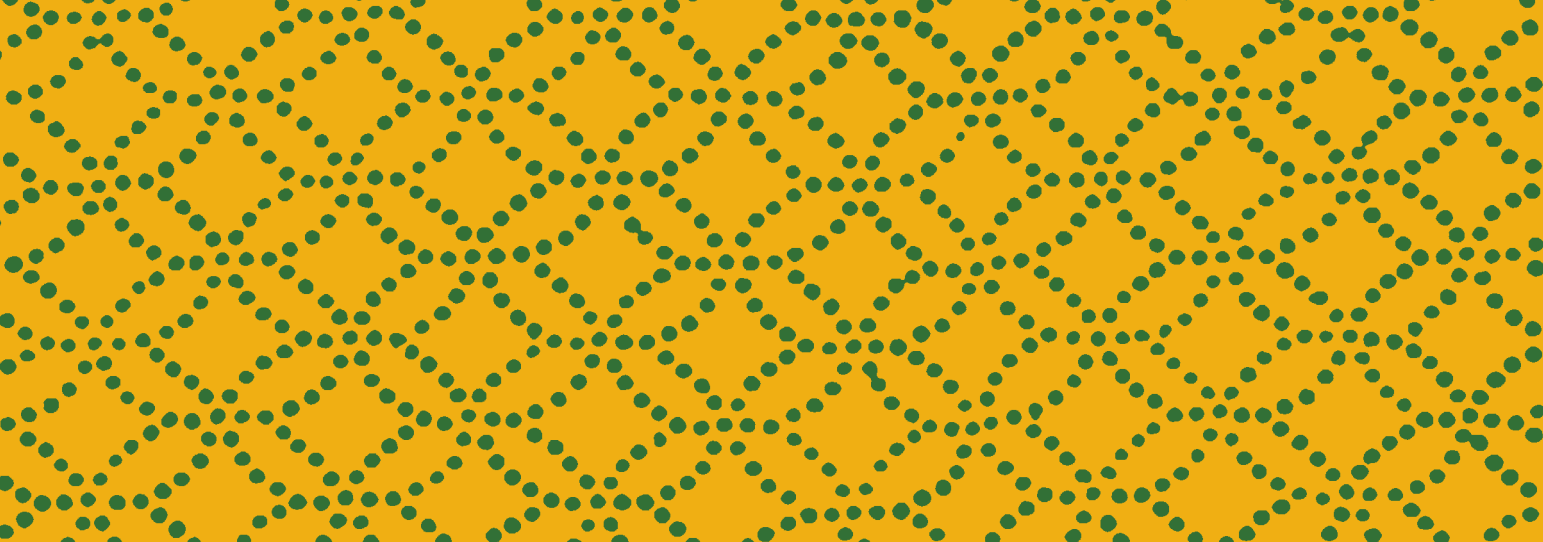
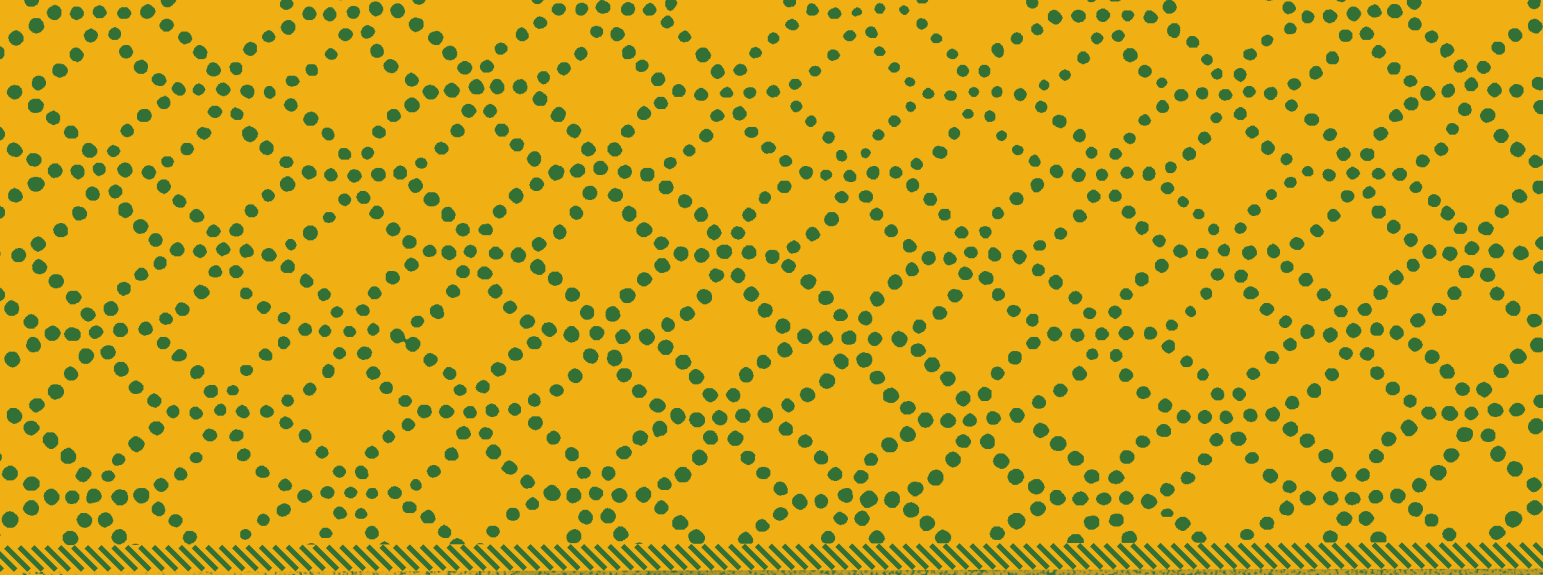
- Garantir a permanência de profissionais qualificados e em quantidade suficiente nas escolas.
- Garantir atendimento integral a crianças de até 6 anos nas escolas de Educação Infantil.
- Ampliar a quantidade de horas de estudo coletivo nas escolas estaduais (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC).
- Assegurar a presença de professores formados para atuar nos laboratórios de informática e sala de leitura.

6. FORMAÇÃO DE EDUCADORES, JOVENS E COMUNIDADE

- Assessoria na elaboração de projetos para entidades e grupos de jovens para buscar financiamento.
- Oficinas de qualificação profissional para pais de crianças de rua.
- Realização e fortalecimento de campanhas pela paz no Distrito.
- Formação de lideranças nas entidades da região.
- Formação das famílias dos educandos em relação ao papel familiar.
- Criação de um programa especial para inserção social/cultural e educacional de jovens e crianças em situação de rua.

7. PARTICIPAÇÃO DA REDE GRAJAÚ NA DISCUSSÃO SOBRE ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO JUNTO AO PODER PÚBLICO

- Construção de escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Técnico (Meio Ambiente, Tecnologia e Cultura).
- Garantia de recursos financeiros para implantação do projeto político-pedagógico das escolas.
- Garantia de equiparação salarial (professores da rede pública e escolas conveniadas).
- Investimento nas escolas técnicas existentes.



capítulo 3

PROTEÇÃO INTEGRAL EM REDES SOCIAIS

ISA MARIA F. ROSA GUARÁ*

A SOCIEDADE SE ARTICULA PARA CUIDAR DOS CIDADÃOS MAIS VULNERABILIZADOS

A proposta de reordenamento dos serviços de proteção especial de alta complexidade, indicada no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, inscreve-se no paradigma da proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e assegura a crianças e adolescentes o direito aos programas, benefícios e serviços de todas as políticas sociais que podem garantir essa proteção.

O apoio às famílias e seus membros, previsto no Plano, indica que a concretização desses direitos será viabilizada pela “articulação eficiente da rede de atendimento das diferentes políticas públicas”.

É na política de Assistência Social, entretanto, que se organizam a rede de proteção básica com os serviços destinados ao acompanhamento de famílias em situação de maior vulnerabilidade e os serviços e programas de proteção especial que possibilitam a atenção aos casos de ameaça ou risco pessoal e social. Articuladas, as redes de proteção básica e especial promovem a acolhida da criança, do adolescente e de sua família em situação de vulnerabilidade e risco, fortalecendo vínculos e providenciando os apoios necessários a cada caso.

* Pedagoga, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Professora da Uniban, Coordenadora de Projetos no NECA, Membro do Conselho Consultivo da Fundação Abrinq.

Tanto no Sistema Único da Assistência Social – SUAS quanto no PNCFC, há um reforço ao trabalho articulado em rede e à integração de objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos dirigidos à população que se encontra mais vulnerabilizada, em termos pessoais e sociais. O próprio sistema de gestão do SUAS enfatiza a necessidade de se estabelecerem relações interinstitucionais, intersecretarias e intermunicipais que possam atender mais adequadamente e com maior eficiência as demandas sociais da população.

Embora as estruturas e processos das políticas sociais sejam mais formais, quando se fala de trabalho em rede, são as relações sociais entre agentes públicos e outros atores que pertencem a esferas diferentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA que dão efetividade e eficácia à intervenção. Não é apenas a organização e o tipo de troca que define a qualidade das relações, e sim a clara intenção dos participantes em atuar cooperativamente por um objetivo comum.

A conexão em rede pode movimentar atores e agentes sociais que atuam em esferas diferentes de ação e, muitas vezes, segundo princípios de ação também diversos. Sanicola (2007) lembra que a atuação em rede pode ocorrer sob inspiração da troca, da doação, do dinheiro, da norma e de forma mista, usando várias dessas formas. Porém, para além da conexão estrutural, as redes sociais também se movimentam a partir de outras ligações e movidas segundo a lógica interna das referências afetivas provenientes da cultura e do sistema de valores.

Ao lado das tradicionais organizações corporativas, clubes de serviço, cooperativas, associações diversas, escolas comunitárias, universidades filantrópicas, organizações empresariais e clubes sociais e esportivos, surgem novas organizações comunitárias, de defesa de direitos, de pesquisa e intervenção social que processam demandas emergentes da população, constituem suas próprias redes de atendimento e estabelecem parcerias com o poder público.

O trabalho articulado fortaleceu o papel das organizações sociais que agora podem ser mais ativas e receber apoio de seus pares na apresentação das demandas próprias e da população que atendem; o que contribui diretamente para aumentar a qualidade das ações, melhorando os resultados.

A perspectiva de rede valoriza a liberdade dos atores, agentes sociais e organizações, mas incentiva o planejamento e a busca de resultados coletivos para seus projetos de intervenção e ação. O desenvolvimento de projetos com gestão compartilhada é um dos caminhos que vem sendo seguido. Nos parâmetros de funcionamento das redes socioassistenciais, o SUAS admite que, além dos serviços públicos diretos, as organizações comunitárias e as associações de diversas naturezas podem complementar as ações públicas, evitando “paralelismo, fragmentação e dispersão de recursos”.

A solidariedade não prescinde do papel do Estado

Uma das alternativas importantes de proteção social se encontra no círculo mais próximo, nas redes primárias que partem, em princípio, do núcleo familiar ampliado e que têm como fundamento as relações pessoais de cooperação, afetividade e interdependência: são as relações de proximidade.

Apesar de as redes primárias terem a restrição da pequena escala e da informalidade, são carregadas de significado afetivo, mais presentes nas emergências sociais e contínuas no tempo. Isso dá mais segurança e aumenta o sentimento de proteção social. Mas, ao contar com a solidariedade das redes primárias de proteção na comunidade, não se renuncia à intervenção do Estado e à garantia de programas e recursos a que as crianças, os adolescentes e suas famílias têm direito como cidadãos.

O reordenamento jurídico da assistência social, que conduz a uma reorganização política e institucional, exige a presença do Estado e sua responsabilização em relação aos grupos sociais mais excluídos na garantia de direitos socioassistenciais. O poder público tem papel fundamental no controle das ações, na garantia de qualidade dos serviços e na articulação das redes de proteção.

A multiplicidade e a diversidade de órgãos públicos e organizações sociais presentes no atendimento aos direitos sociais dos cidadãos exigem uma atuação concertada, o que as obriga, mais do que nunca, a não ficarem acantonadas na esfera restritiva de seu território ou área de atuação.

A natureza central dessa articulação no âmbito das novas normas legais – tanto do SGDCA quanto do SUAS – visa viabilizar a construção de redes de proteção social mais ágeis, que evitem o desperdício de recursos, a fragmentação e a descontinuidade dos programas sociais.

Pauta-se, sobretudo, pelo princípio da incompletude e da complementaridade entre órgãos governamentais, mas concebe a participação de organizações sociais numa rede socioassistencial composta por um “conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade”.

A articulação, como movimento e como forma de atuação privilegiada na construção de redes sociais, supõe a participação coletiva de pessoas, grupos e organizações que desenham um objetivo comum possível e se empenham em sua

realização atuando de modo convergente e complementar. Esse movimento conduz a uma forma de ação em rede, na qual a operação técnica e logística é apenas uma parte da construção de um trabalho mais amplo, coerente e mobilizador no âmbito local.

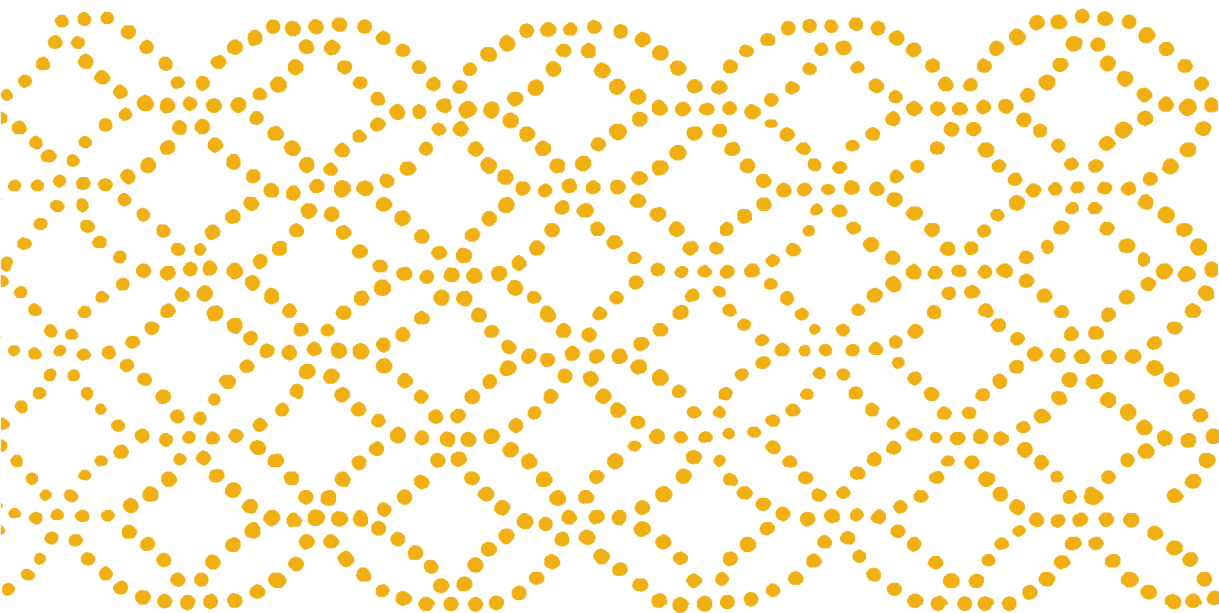
Parâmetros legais na articulação de redes de proteção social e integral

A proteção integral garantida pelo ECA visa assegurar a todas as crianças e os adolescentes as condições básicas de sobrevivência; a integridade física, psicológica e moral; e o desenvolvimento pessoal e social. Assim como indica o ECA em relação ao atendimento aos direitos da criança e do adolescente, também a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS propõe que as ações que efetivam o atendimento às necessidades básicas da população sejam integradas às políticas setoriais em busca da universalização dos direitos sociais para os segmentos sociais pauperizados, na perspectiva da proteção integral.

O Estatuto da Criança e do Adolescente não utiliza o termo “rede”, mas, tendo a proteção integral ao segmento infantojuvenil como paradigma, indica a necessidade de uma ação pública articulada. Nela, têm papel importante as organizações da sociedade, desde sua participação no Conselho Municipal até na parceria com o poder público na oferta de serviços sociais. Todas as referências para a garantia dos direitos contidas no ECA assinalam que a formulação de uma política de atenção integral à criança e ao adolescente deverá promover relações, conexões e articulações entre os diversos serviços setoriais para ser eficaz.

A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS, 2005, p. 21) concebe a organização do sistema com pontos de articulação entre competências e ações.

- com os demais sistemas de defesa de direitos humanos, em específico com aqueles de defesa de direitos de crianças, adolescentes (...) e de promoção do direito de convivência familiar e comunitária;
- com o Sistema Único de Saúde – SUS, por intermédio da rede de serviços complementares para desenvolver ações de acolhida e cuidados (...), como parte da política de proteção às vítimas de danos, drogadição, violências diversas, deficiências ou fragilidades pessoais, problemas de saúde mental etc.;
- com o Sistema Nacional de Previdência Social;
- com o Sistema de Justiça para garantir proteção a crianças, adolescentes e famílias nas mais diversas situações, como, por exemplo, situação de rua, abandono, deficiências, violência doméstica e situações que demandem o afastamento provisório da criança e do adolescente do convívio com seus familiares ou responsáveis;
- com o Sistema Educacional por intermédio de serviços complementares e ações integradas para o desenvolvimento da autonomia do sujeito, por meio



de garantia e ampliação de escolaridade e formação para o trabalho. Os serviços prestados pelas entidades de atendimento na proteção social especial ganharam reforço na introdução do parágrafo 2º do Artigo 90 do ECA, recentemente incluído pela LEI 12.010 de Agosto de 2009 em que se define que, em nome do princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, os programas relacionados no artigo precisam ter garantia orçamentária “dos órgãos públicos encarregados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros”.

Carvalho (2008) projeta uma nova gestão social que se organiza de forma a convocar todas as políticas ditas sociais para que estejam solidariamente comprometidas com a proteção e o desenvolvimento integral do cidadão, reforçando que esse compromisso deve se efetivar nos territórios do município a partir de seu entrelaçamento em microrredes locais.

Essas experiências territoriais que agregam serviços públicos, organizações e ações da sociedade civil local e seus moradores “inauguram lógicas combinatórias interserviços/programas e fluxos que asseguram acolhimento, proteção e desenvolvimento dos cidadãos, assim como o desenvolvimento local enquanto dimensão interdependente” (CARVALHO, 2008).

Em determinados territórios urbanos, a articulação de redes e parcerias, num “cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum”, nos diz Milton Santos (1999). Para colocar o direito da criança e do adolescente como base ética para o trabalho

e a proteção social como direito da população, é possível pensar, com o autor, numa “contiguidade (...) criadora de comunhão” em que se possam tecer redes cuja organização não submeta a espontaneidade nem elimine o conflito, mas sejam espaços de debate e criação coletiva de soluções e de movimentos para a expansão da cidadania.

Quando uma rede expõe e aprofunda o conhecimento sobre os programas existentes, emergem as questões cotidianas e necessidades humanas que a homegeneização dos programas não consegue resolver. A compreensão grupal da situação pode favorecer a criação de serviços com flexibilidade para atender a demandas específicas, que são mais viáveis em organizações sociais desobrigadas de seguir modelos-padrão que servem antes ao sistema do que ao usuário. De que adianta ter uma creche que funcione das 8:00 às 17:00 horas, se as mulheres que trabalham têm de sair de casa bem mais cedo para chegar ao emprego?

Proteção social

Na perspectiva da garantia de acesso, a proteção social precisa considerar a existência de grandes contingentes da população infantojuvenil vivendo em situação de precariedade pessoal e social, para a qual são necessários programas e serviços massivos.

Porém, o olhar no território poderá indicar demandas especiais que exigirão soluções também especiais. Nesse sentido, a rede pode servir de ancoragem para as reivindicações de ampliação do arco de proteção social como um todo e para a descoberta de caminhos alternativos para algumas situações.

Embora componha os objetivos das políticas sociais públicas, a questão da proteção social aparece como tarefa direta da política de assistência social. Isso oferece a ela a possibilidade de mobilizar e buscar outros patamares de cidadania para aqueles que atende, entre os quais estão a criança e o adolescente em risco ou sem amparo familiar, os idosos desprotegidos, as pessoas com deficiência e, sobretudo, as famílias empobrecidas e em situação de crise.

Além da perspectiva de intersetorialidade com as demais políticas sociais, a assistência social articula os aspectos sociais aos econômicos na explicitação das desigualdades sociais e na proposição de ações para reduzi-las.

A proteção social pode ser compreendida como um conjunto de processos, recursos, estratégias e ações mais ou menos formais, oferecido aos indivíduos ou grupos nas diversas circunstâncias e eventos naturais ou emergenciais da vida social e pessoal. Um patamar fundamental de proteção social de cidadania se dá com a garantia legal e normativa e o assecuramento das condições básicas de sobrevivência e saúde. A proteção social deve favorecer ainda o acesso a recursos que promovem o desenvolvimento humano e a convivência social (Cf. DI GIOVANNI, 1998).

Como política de seguridade e proteção social, a assistência social tem como objetivo atender às necessidades básicas da população que se encontra em situação mais vulnerável, colocando-se dessa forma como política estratégica no enfrentamento da exclusão social.

Sua inserção no triângulo da seguridade social, em composição com a saúde e a previdência social, indica a intenção de garantir uma sustentação ampla no âmbito da seguridade e reafirma que previdência social, saúde e assistência social

devem manter entre si relações de completude e integração, com a análise da incidência de riscos sociais à população brasileira (NOB-SUAS, 2005, p. 19)

A assistência social como direito das pessoas ou grupos com acesso precário ou sem acesso a outros meios de segurança social deve garantir condições de equidade, oferecendo aos beneficiários a segurança de sobrevivência (com autonomia e renda), de acolhida e convívio familiar e social e as condições de sobrevivência a riscos emergenciais.

Pesquisando a literatura internacional, Maia e Williams (2005) localizam três categorias de fatores de proteção que favorecem o desenvolvimento infantil:

- a. atributos disposicionais da criança – atividades, autonomia, orientação social positiva, autoestima, preferências etc.;
- b. características da família – coesão, afetividade e ausência de discórdia e negligência etc. e
- c. fontes de apoio individual ou institucional disponíveis para a criança e a família – relacionamento da criança com pares e pessoas de fora da família, suporte cultural, atendimento individual, como atendimento médico ou psicológico, instituições religiosas etc.

Essa categorização mostra a importância de se pensar a proteção social considerando as indicações do ECA da situação peculiar da criança como “pessoa em desenvolvimento” e a relevância da articulação das redes de proteção primárias e secundárias no desenvolvimento e na formação infantojuvenil.

Gestão participativa para a promoção da convivência familiar e comunitária

Na consolidação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, que expressa a ideia de uma gestão compartilhada e participativa, a proteção básica, que tem nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS sua base de coordenação e referência, prevê uma escuta acolhedora das demandas da população atendida e a oferta de serviços e encaminhamentos indicados. Com base no território, a tarefa

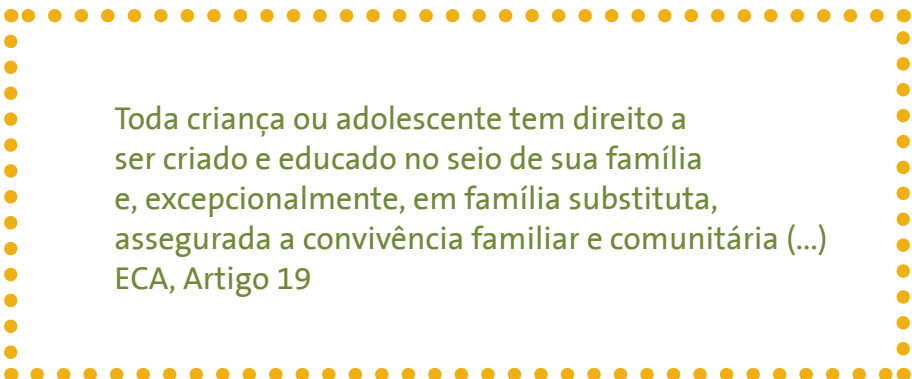
principal dos agentes públicos é a articulação e a complementaridade dos serviços e programas e o fortalecimento de redes de proteção social.

Além da proteção básica, a Política de Assistência Social, reconhecendo a existência de situações específicas que podem ocorrer na vida das famílias e indivíduos, representando ameaça ou violação de seus direitos, propõe também uma estrutura diferenciada de proteção – a proteção social especial –, conceito já trazido pelo ECA, cujos programas e serviços são organizados em proteção social especial de média e alta complexidade.

Nessa linha, os serviços de média complexidade devem oferecer atendimento especializado a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, decorrente de abandono, privação, exploração e outros casos de violação de direitos; para aquelas situações em que é necessário o afastamento do convívio com o núcleo familiar ou comunitário de origem, são ofertados, na proteção social especial de alta complexidade, os serviços de acolhimento.

Portanto, entre as principais linhas de atuação da assistência social está a focalização na família e na convivência familiar e comunitária. Em sintonia com esta proposta de ação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, aprovaram o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, que procura orientar o planejamento e a implementação das políticas, revitalizando o direito à convivência familiar e comunitária, conforme o Artigo 19 do ECA.

Importante lembrar que, também no plano internacional, um movimento liderado pelo Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas – ONU vinha discutindo os mecanismos de proteção integral dos direitos da criança privada dos cuidados parentais, cujo documento preliminar foi colocado em discussão visando à elaboração de nova norma internacional a esse respeito.



Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária (...)
ECA, Artigo 19

As Conferências Municipais e Estaduais que discutiram o PNCFC e outras normas da política nacional conseguiram empreender uma primeira mobilização dos atores sociais para que se integrassem ao movimento de implementação desse Plano e discutissem as bases para a organização dos Planos Municipais de Convivência Familiar e Comunitária.

A mobilização realizada por grande número de municípios conseguiu colocar na pauta de discussão a questão do acolhimento institucional, a necessidade de reordenamento dos serviços e programas, a revisão gradativa de alguns programas e a necessidade de criação de novas iniciativas locais para possibilitar o avanço na promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária. Em agosto de 2009, a Lei nº 12.010, em reforço à importância da convivência familiar e comunitária, altera alguns artigos do ECA.

A ênfase na articulação das políticas sociais, o direito à proteção social em todos os aspectos e a escolha estratégica da convivência familiar e comunitária como modo privilegiado de desenvolvimento humano e social conduzem sempre à valorização do modelo de articulação em rede.

Os fundamentos legais e a situação social nos indicam que a vida familiar e comunitária é vital para um bom desenvolvimento da infância e da adolescência e que a oferta de serviços e programas deve compor “um conjunto integrado de ações” em vários níveis, entre eles:

- políticas públicas sociais;
- serviços dirigidos a um público específico;
- serviços socioassistenciais com base no território;
- redes primárias de base familiar;
- redes comunitárias; e
- redes institucionais.

O que se defende é a necessidade de romper a fragmentação, a superposição e a inadequação de serviços e programas, trabalhando, sempre que possível, em rede.

Cada tipo de rede é caracterizado por um modo de organização, uma forma de intercâmbio e relações sociais com maior ou menor intensidade. De todo modo, a questão das relações entre atores e agentes diferentes se coloca como ponto central da intervenção em rede, especialmente quando se busca a garantia da vida em família e na comunidade.

As redes de proteção social podem configurar tramas de relações e conexões mais ou menos estruturadas que visam substituir as tradicionais, e ainda presentes relações verticalizadas e hierarquizadas dos serviços. Com esse movimento, podem criar configurações e pactos temporários ou mais permanentes.

Tendo como eixos do trabalho, a família e o território, a organização prevista pelo SUAS reforça a necessidade de articulação de uma rede socioassistencial visando superar a fragmentação dessa política, sugerindo a constituição ou redire-

cionamento dessa rede e entendendo possível um trabalho articulado e profícuo que respeite a diversidade, a complexidade e os tipos de serviços que cada elemento da rede pode oferecer.

A dinâmica da rede socioassistencial toma como princípio a defesa dos direitos de cidadania, considerando o cidadão e a família como sujeitos com recursos e potências para uma participação ampliada na escolha e na definição de prioridades de ação que o ajudem a construir sua vida autônoma.

As redes socioassistenciais

¹² Ver, na página 14, o conceito de rede.

Podemos pensar em redes que congregam pessoas ou organizações; redes que comportam outras redes, redes temáticas, redes intersetoriais, redes territoriais, redes organizacionais e interinstitucionais e outras, de natureza híbrida, que sejam ao mesmo tempo territoriais e temáticas.

Como vimos nesta edição¹², as redes, sejam elas de um ou outro tipo, ajudam a integrar e articular as ações dispersas e pontuais, dando sentido e significado à atuação de cada participante.

Defendemos a potencialidade das redes primárias de proteção espontânea como abordagem importante na construção ou resgate dos vínculos de afeto e cuidado no âmbito familiar ampliado. São as pequenas redes pessoais de apoio que todos têm e que, no caso das crianças e adolescentes em maior vulnerabilidade, são fundamentais para sua inclusão social efetiva.

A proteção social demanda a oferta de serviços e programas que, em geral, são oferecidos pela chamada rede socioassistencial. Ela se compõe de uma diversidade de ações e serviços de atenção, governamentais e não governamentais, que oferecem, além de apoio material e em serviços, espaços de escuta e de pertencimento a muitos grupos sociais. Baseado na divisão por territórios, o SUAS organiza a rede socioassistencial estabelecendo parâmetros de qualidade e indicando a obrigatoriedade de se produzirem ações integradas, comprometidas com o alcance de resultados.

A Resolução 191 do CNAS (2005) qualifica a rede socioassistencial e define as entidades e organizações de assistência social

como aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

Os serviços e programas da rede socioassistencial têm estrutura, modo de atendimento, missão e orientação específicos e apresentam diferentes graus de complexidade e natureza. Em geral, são serviços comunitários de atendimento direto, permeados por fortes laços interpessoais. Cabe aos órgãos públicos locais a articulação dos programas e serviços socioassistenciais do território construindo, com a participação da sociedade civil, uma ação integrada no atendimento aos direitos socioassistenciais dos cidadãos¹³.

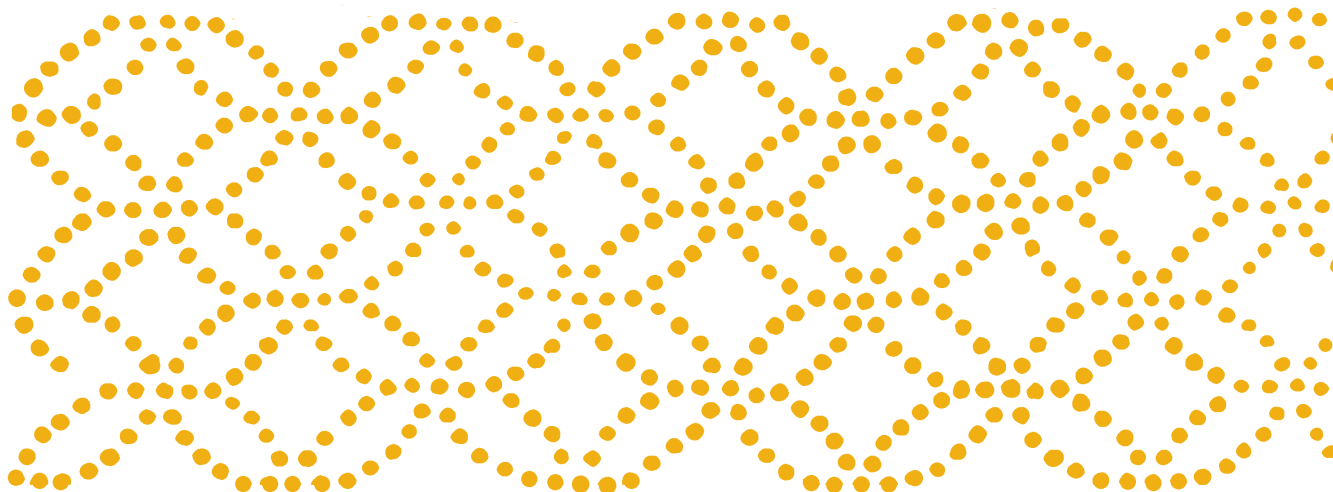
Certamente, a proteção integral proposta pelo ECA estabelece uma rede mais abrangente, com fortes laços com o Sistema de Justiça e com todas as políticas públicas, e, nesse sentido, é mais ampla do que a rede socioassistencial. No entanto, como sabemos, são as organizações de assistência social as mais presentes e influentes nos movimentos e redes que se articulam nos municípios.

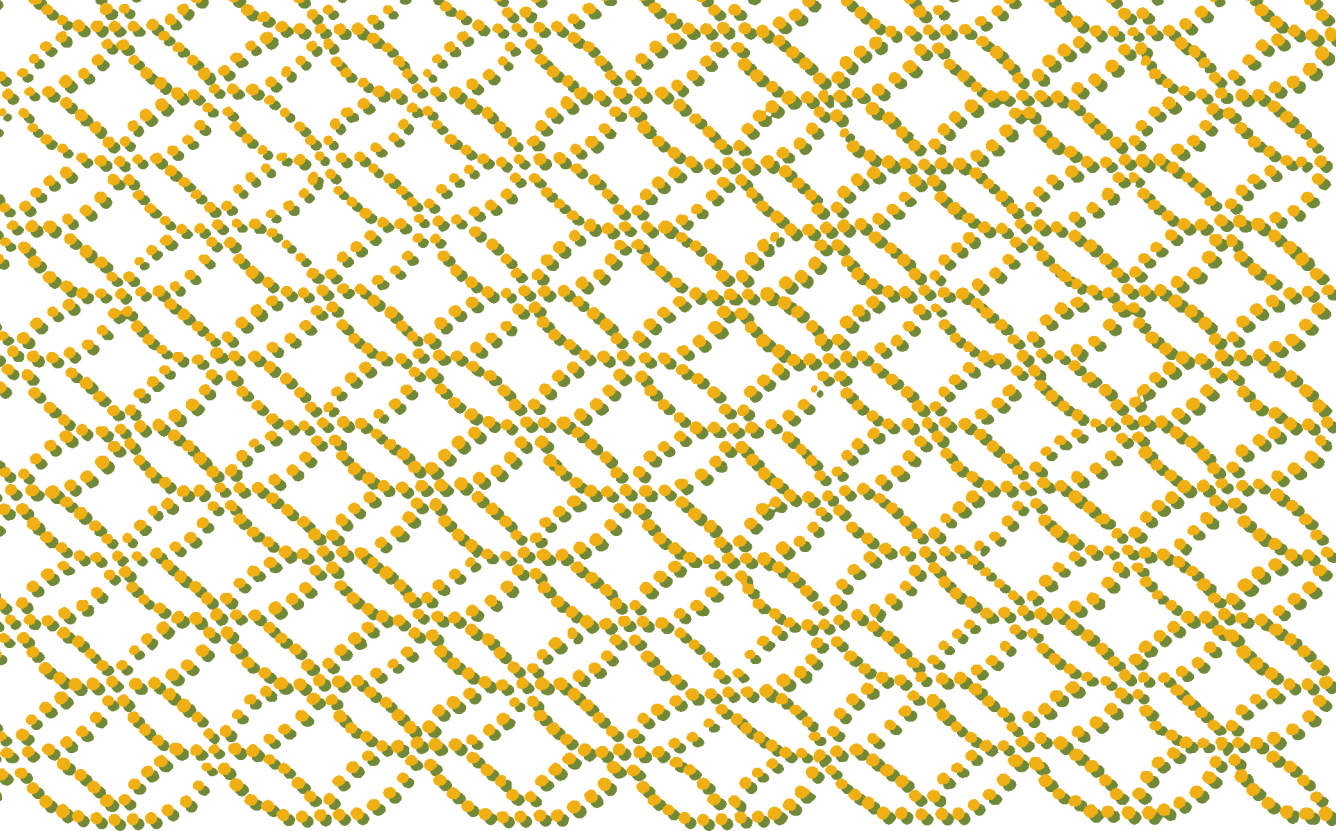
É preciso destacar que, em que pese a referência a uma **rede socioassistencial**, ela só se efetiva como rede se de fato houver uma ação planejada e desenvolvida coletivamente sob os parâmetros de rede e engajamento dos atores e agentes envolvidos. Essa perspectiva exige uma nova cultura de participação e uma regularidade de conexões e contatos que permitam o avanço qualitativo do atendimento. Não bastam as intenções de trabalhar em rede; é preciso contribuir para a efetivação de uma rede verdadeira e mais humanizada.

A organização de rede socioassistencial deverá ser intencionalmente mobilizada, mantida e estimulada, e isso depende do chamamento ao encontro e à participação, atividade que deve ser estimulada pelo poder público local e pelos Conselhos municipais – CMAS e CMDCA.

A mudança de paradigma para o trabalho em rede depende de um processo contínuo de formação e suporte técnico para possibilitar a construção coletiva do significado da rede e o intercâmbio de novos conteúdos. 🍷

13 O CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social publicou a resolução nº 42 em 10 de março de 2008, em que, aprova os direitos socioassistenciais.





FAMÍLIA E TERRITÓRIO, EIXOS CENTRAIS DO TRABALHO SOCIAL

Entre os princípios que regem a política de assistência social, a LOAS destaca, em seu Artigo 4º - III: “(...) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade” (LOAS, Artigo 4º).

A questão da convivência familiar e comunitária define uma escolha quanto ao modo de atendimento, rompendo a tradição de institucionalização presente na história dos serviços sociais. Portanto, o trabalho com as famílias, como indica o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, torna-se basilar para que ela possa oferecer proteção e cuidado adequados ao bom desenvolvimento de seus filhos.

A família ganha no SUAS uma centralidade importante e deve ser atendida no âmbito da proteção social básica, destinada aos que vivem em situação de vulnerabilidade social, tendo como unidade básica os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS; e, na proteção social especial, destinada ao atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação

de direitos, tendo como unidade básica os Centros de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS.

O novo conceito de família permite ampliar a visão sobre o núcleo familiar de proteção¹⁴ para além dos laços de consanguinidade. De todo modo, é preciso reconhecer que a família está mudando e que a legislação tem procurado sintonizar-se com essa mudança. Reconhece-se hoje a existência de diversos arranjos familiares, considerando-se, como família, o grupo que cumpre a função protetiva.

Outro eixo importante do trabalho social do SUAS é o território. Essa ideia trabalha na perspectiva de romper a centralização no planejamento e na execução de serviços e programas sociais. Tradicionalmente, as decisões sobre os projetos eram, e ainda são, definidas por equipes centrais. A localização dos equipamentos seguia mais a lógica da disponibilidade dos imóveis do que da proximidade com o usuário. Aproximar o serviço do usuário e atendê-lo em suas demandas de proteção integral – essa é a mudança cultural que as novas normas requerem dos serviços locais.

O olhar para a família num contexto de proximidade territorial permite o exercício da vigilância diante das situações de vulnerabilidade e risco. A situação de pobreza ou miséria pode tornar mais difícil enfrentar os eventos naturais da vida e os prejuízos físicos ou socioemocionais em ocorrências de abandono, negligência, discriminação ou violência dentro ou fora do lar. Nas urgências sociais, como nos desastres que atingem a moradia, todos os apoios precisam ser mobilizados e os órgãos públicos de proteção devem responder com prontidão e eficiência.

A ênfase do trabalho social, com famílias referenciadas no território, significa pensar a proteção com desenvolvimento e emancipação: aposta-se na capacidade dos membros da família, ajudando-os na construção de seu processo de autonomia e na busca do suporte necessário para o acesso aos serviços e programas sociais públicos.

O apoio à família visa valorizar suas “fortalezas e potencialidades” (PNCFC) evitando-se culpabilizá-la pela situação em que se encontra e promovendo sua inclusão na rede de proteção social, nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e demais políticas sociais, para que ela possa desempenhar seu papel de proteção e cuidado dos filhos.

O PNCFC lembra que o contexto sociocultural em que vive a família é importante porque define as possibilidades de proteção ancoradas naquela cultura, em seus valores e recursos.

Consideramos, nesse caso, que a rede de proteção primária é um elo fundamental da garantia de proteção. Famílias com redes primárias fortalecidas terão condições muito melhores de proporcionar cuidado e promover o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, mas isto não significa a desresponsabilização da proteção social pública estatal.

¹⁴ Ver neste caderno, na página 75, o conceito de rede primária de proteção.

Serviços, programas, projetos e benefícios sociais em rede

A proteção social com base no território precisará fortalecer as redes e animar novas redes locais que vitalizem o esforço de cooperação criando outros canais de solidariedade e de engajamento cívico. Estrategicamente, para obter a adesão da comunidade, é necessário divulgar informações que produzam segurança e confiança nos participantes.

Isso

(...) exigirá a construção de consensos e pactuação de compromissos dos atores relevantes, lembrando sempre que a diversidade de valores, preferências e interesses em jogo, características das sociedades modernas, tende a tornar o processo de negociação complexo e marcado por altos níveis de incerteza. A legitimação e o processo de adesão, por sua vez, afetam o sucesso do processo da implementação (BRONZO; VEIGA, 2007).

Além disso, a vigilância social exige o mapeamento e a divulgação dos serviços, programas e outros recursos ativos da comunidade como um patamar fundamental para a articulação das pessoas e organizações. É comum percebermos o desconhecimento que um programa tem de outro localizado muito próximo de sua organização.

Também a produção de indicadores e índices territorializados, propostos pelo SUAS, ajudará a se perceber e prevenir o agravamento das situações de risco e se adequar os serviços às necessidades dos usuários.

A nova orientação da política de assistência social requer que os serviços, programas, projetos e benefícios com foco prioritário na família e no território sejam organizados com base nas funções que desempenham, na demanda percebida e no nível de complexidade. Portanto, o conhecimento da realidade local pode definir a necessidade ou não de se criar um abrigo ou um centro especializado e, quando necessário, quais serão os critérios e padrões mais adequados de atendimento.

A experiência nos mostra que os programas sociais desenvolvidos pelas organizações não são uma realidade homogênea. Algumas organizações sociais apresentam fragilidades em relação à sustentabilidade administrativa, técnica e financeira e, por isso, não contam com um quadro profissional qualificado. Outras se encontram isoladas, por desconhecimento dos canais de comunicação ou por desvalorizar a integração, o que as coloca também em posição de distanciamento quando se fazem presentes nos encontros de rede.

Corre-se ainda o risco de se transformar os momentos de articulação em oportunidades de disputa por financiamentos reproduzindo nesses espaços a cul-

tura assistencialista e clientelista que presidiu o modo de atuar de muitas instituições.

Quando diferentes organizações participam da rede, é preciso compreender que a reciprocidade no modelo de rede deve ser assimétrica: as organizações ou grupos participantes estão em níveis diferentes de poder, estrutura, cultura etc., e será necessário que se respeitem e que discutam as diferenças no grupo, na busca de consenso e convergência, e no apoio àquelas que se encontram em situação mais crítica.

Numa rede muito grande, surgem sempre algumas lideranças em torno dos quais se formam subgrupos, o que em si não é um problema REIS FILHO, G. e BARROS A. L. (2006), pesquisando essas relações na Rede Nossas Crianças¹⁵, mostrou que o “empoderamento de alguns membros, por influência de processos de desenvolvimento de lideranças” pode ajudar na animação do grupo, desde que essas lideranças não bloqueiem o empoderamento dos demais membros da rede.

Só um processo comunicativo mais franco, desencadeado pela confiança conquistada na rede, será capaz de confrontar algumas propostas e projetos de intervenção social. Numa rede, percebe-se logo que alguns projetos se encontram desalinhados com as orientações legais do ECA e do SUAS e com as demandas da comunidade.

A aceitação das mudanças em programas e projetos fica mais leve quando se conta com o apoio de todo um grupo e com informações diagnósticas que justificam as decisões tomadas.

Por outro lado, tanto quanto os agentes sociais e profissionais dos projetos, também o público beneficiário, em vez de mero destinatário de ações assistencialistas, deve ser ouvido e ter papel mais ativo no redesenho de programas e serviços a ele destinados.

A articulação e a animação de uma rede dependem do envolvimento de pessoas com um grau razoável de sensibilização e disposição para aprender, pois o trabalho em rede exige formação continuada dos envolvidos. Comumente, a própria rede já favorece o processo de capacitação dos participantes, mas, muitas vezes, é necessário ampliar conhecimentos e acelerar mudanças com base em uma formação específica para que a atuação em rede seja mais produtiva.

É importante esclarecer que o trabalho em rede envolve a ação de todas as instituições (ou pessoas) em operações conjuntas, sem anular identidades. A partilha de conhecimentos e a apresentação das eventuais dificuldades conduzem à articulação de estratégias para a resolução de problemas comuns e à busca de soluções em grupo, mas não eliminam as diferenças.

15 Rede Nossas Crianças é uma iniciativa da Fundação Abrinq.

Redes municipais de proteção social

Uma perspectiva importante do trabalho em rede no campo da política pública é a da articulação entre as diversas áreas do governo, numa ação integrada. Alguns municípios já vêm promovendo alterações estruturais, ao seguir outras lógicas que não apenas a da especialização. Com mais frequência, vê-se a criação de comissões e grupos intersecretarias e projetos desenvolvidos por mais de uma área especializada.

A intersectorialidade entre as áreas do governo otimiza espaços, serviços e competências e, sobretudo, evita sobreposições e ociosidade de equipamentos públicos. Por sua característica de universalidade, as redes públicas de educação, saúde e esportes possuem unidades em todas as regiões e bairros das cidades (exceto talvez a área de esportes) cujos espaços ociosos poderiam, em muitos horários, ser aproveitados para ações integradas.

A definição de Junqueira e Inojosa (1997) sobre a intersectorialidade na gestão pública é elucidativa: “(...) articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social.”

Num município, além dos serviços, programas e projetos governamentais, integram esta rede, ainda, os programas sociais desenvolvidos por entidades não governamentais e sociocomunitárias que oferecem serviços socioassistenciais.

A definição das redes socioassistenciais é útil para a articulação no território e pode, de fato, introduzir novos conhecimentos para o planejamento social como um todo e o acompanhamento também dos casos mais críticos, que serão encaminhados para os serviços da rede de proteção social especial. Os programas de acolhimento de alta complexidade são os mais requisitados pelos Conselhos Tutelares e Juízes, quase sempre por inexistência de outras alternativas de atenção.

Os participantes das redes socioassistenciais também se engajam em outras redes temáticas ou interinstitucionais. Por exemplo, participantes da Rede de Instituições de Acolhimento, uma rede temática cujo foco é discutir essa modalidade de atendimento e seus desafios, fazem parte também da Rede Interinstitucional ancorada na Vara da Infância e da Juventude, da qual participam outros serviços complementares (Atendimento a Vítimas de Violência, Plantão Social), Conselheiros Tutelares e áreas da Secretaria de Assistência Social, cujo objetivo é discutir fluxos, encaminhamentos, vagas, casos específicos etc. Portanto, gestores e coordenadores de programas precisam ajustar suas agendas para participar ativamente das redes, sem descuidar da gestão técnica e pedagógica de sua organização.

Vamos encontrar ainda, em alguns municípios ou regiões, uma forte presença de movimentos e iniciativas com reuniões regulares para discussão de temas específicos e mobilização social. Fóruns de Combate ao Trabalho Infantil e de Prevenção à Violência contra a Criança e redes locais que produ-

zem moções e encaminham demandas ao poder público são exemplos desse tipo de participação em rede, que chamamos de redes movimentalistas¹⁶.

16 Ver conceito na pág. 25 deste caderno

Condições e diretrizes para o reordenamento da rede de proteção especial

No município, interconectam-se diversas redes de proteção social, porque os cidadãos que ali vivem precisam de relações humanas protetoras e de serviços que lhes garantam uma vida digna e segura.

O processo de municipalização está se consolidando e multiplicam-se as boas iniciativas de governos municipais. Embora alguns municípios ainda estejam formando seus quadros profissionais, outros vêm ganhando cada vez mais competência na gestão local de políticas sociais.

Scherer-Warren (2003), refletindo sobre experiências de articulação de 13 redes municipais de atenção à criança e ao adolescente financiadas pelo BNDES¹⁷, alerta para os investimentos necessários para uma ação municipal em rede:

A estruturação dessas redes demandou investimentos em infraestrutura de atendimento (nas organizações governamentais e não governamentais), no desenvolvimento do sistema de informações, no fortalecimento dos Conselhos de Direitos e Tutelares, na capacitação para atuação em rede e na dinamização do Fundo da Criança e do Adolescente.

17 O BNDES financiou, a partir de 1997, a estruturação das redes de proteção à criança e ao adolescente. Um primeiro balanço do programa, realizado em 2002, mostra um conjunto de 13 prefeituras de diferentes regiões que assumiram a tarefa de estruturar essas redes.

Essa reflexão recupera a centralidade dos Conselhos Municipais da Assistência Social e dos Direitos da Criança e Adolescente como os principais fiadores da articulação das redes de proteção nas cidades. Em municípios em que as redes movimentalistas são atuantes, a criação de fóruns e eventos de mobilização pode ter uma boa influência na aceleração das mudanças indicadas pelas novas normas legais em relação à proteção social.

Lembramos que o primeiro arco de segurança é oferecido pela rede primária de proteção espontânea que assegura cuidado e proteção no âmbito das relações familiares e dos grupos mais próximos de pertencimento. Por isso, é importante que, em cada estudo de caso de criança ou adolescente, procure-se conhecer, estimular e fortalecer essas redes primárias, incluindo todos os seus membros, mesmo aqueles que estejam temporariamente afastados.

Certamente, essas redes devem estar articuladas a outras redes de maior institucionalidade, para que as crianças e adolescentes sejam favorecidos com o acesso prioritário a todos os direitos sociais, como indica o ECA.

Rede de proteção social especial

¹⁸ Não se tratará neste texto, de modo específico, dos serviços voltados para o atendimento dos adolescentes em conflito com a lei, e os outros públicos que demandam proteção social especial.

Focalizaremos aqui o reordenamento da rede de atendimento¹⁸, com base nas orientações do PNCFC e do SUAS.

Esse reordenamento tem impacto na organização e na sustentabilidade dos serviços e programas, pois deverá incorporar novas diretrizes, otimizar e direcionar os recursos existentes para atender realmente a quem necessita.

Lembramos inicialmente que as diretrizes do Plano estão fundamentadas na

prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento e no investimento para o retorno ao convívio com a família de origem (PNCFC).

Portanto, trata-se de pensar os caminhos possíveis para que os municípios replanem sua estrutura de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de desproteção, nos casos de fragilização ou rompimento dos vínculos familiares e nos casos de negligência, abandono e violência doméstica.

Algumas condições prévias são indicadas pelo PNCFC (2006, p. 35-36) para o asseguramento dos direitos violados de crianças e adolescentes.

A primeira delas indica que no município deve existir uma rede de serviços de atenção e proteção à criança, ao adolescente e à família com adequada estrutura, que seja capaz de:

- prover orientação psicopedagógica;
- dialogar com pais e responsáveis, criando espaços de reflexão quanto à educação dos filhos;
- intervir eficientemente em situações de crise, para resguardar os direitos da criança;
- fortalecer a família para o adequado cumprimento de suas responsabilidades;
- propiciar cuidados alternativos à criança e ao adolescente que necessitem, para sua segurança e após rigorosa avaliação técnica, ser afastados da família.

Indica-se ainda a necessidade de difundir “uma cultura de direitos” para que “as famílias, a comunidade e as instituições conheçam e valorizem os direitos da criança e do adolescente” e superem “padrões culturais arraigados, característicos de uma sociedade patriarcal, marcada pelo autoritarismo, em que se admite a imposição de castigos físicos e outros tipos de agressão” como forma de “educação” da criança e do adolescente.

Considerando a grave situação de muitas crianças e adolescentes vítimas de violência, o documento reforça a necessidade de formação “dos membros das famílias,

da comunidade e dos profissionais que atuam junto a crianças, adolescentes e famílias (...)” para reconhecer os sinais da violência contra a criança, “denunciá-la e enfrentá-la, desenvolvendo uma atitude coletiva e pró-ativa de proteção e ‘vigilância social’”.

O Plano lembra a obrigatoriedade da existência, nos municípios, de Conselhos Tutelares, preparados para sua função de defesa dos direitos da criança e do adolescente, que trabalhem em colaboração com “a Justiça da Infância e da Juventude, o Ministério Público e com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos”.

A implementação, a profissionalização e a ampliação das redes de proteção social dependem, em boa medida, do empenho e da vontade política dos governos municipais e do *status* de participação e corresponsabilidade da sociedade local. Entretanto, os Conselhos de Direitos e Tutelares são protagonistas fundamentais para estimular e alimentar esse processo.

Nos casos de crianças que necessitem – “para sua segurança e após rigorosa avaliação técnica – ser afastados da família de origem”, será necessário igual empenho no atendimento à família para que ela possa reassumir seus filhos e protegê-los. O reconhecimento da necessidade do acolhimento institucional, em casos mais graves e em caráter provisório, demanda maior cuidado no encaminhamento e uma revisão/avaliação dos casos atendidos em instituições de acolhimento.

Todas essas condições exigem uma avaliação séria da situação atual de cada município, para que a organização ou reorganização dessa rede seja um passo (ou um dos passos) para a definição do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito a Convivência Familiar e Comunitária, com metas claras para novos projetos, reformulação dos atuais e reforço a ações e iniciativas de boa qualidade já em curso.

Essa avaliação ou diagnóstico de situação deverá mapear e tornar conhecido o conjunto de programas, projetos e serviços existentes e o fluxo do atendimento. Essa reflexão sobre o fluxo operacional deve possibilitar a identificação dos atores/serviços do processo de garantia dos direitos da criança e do adolescente e a detecção dos entraves e “nós” que emperram o movimento do sistema.

Vale lembrar aqui as interfaces dos serviços e programas sociais destinados à criança e ao adolescente em abandono ou negligência social com o Sistema de Justiça e os Conselhos Tutelares.

No caso da proteção social especial para crianças e adolescentes que se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, o acolhimento institucional aos abrigos, como primeira ou única opção, evidencia falhas no fluxo de atendimento ou a inexistência real de outros serviços e medidas anteriores ao abrigamento, de fortalecimento das famílias e prevenção da violência doméstica.

Os serviços e programas da rede de proteção social especial devem ser criados/reestruturados ou ampliados de acordo com a realidade local, a dimensão e a demanda de cada município. Isso exigirá que se conheça a situação familiar de crianças e adolescentes em seu contexto sociocultural e os programas existentes.

Podemos exemplificar com o reordenamento da rede de unidades de acolhimento institucional de São José dos Campos¹⁹, realizado em 2007, que se deu de

¹⁹ Município de 539 mil habitantes, localizado no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. O projeto, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS e favorecido pelo CMDCA, foi apoiado por uma consultoria externa e contou com a participação de representantes de 13 instituições: seis abrigos, seis programas desenvolvidos pela Secretaria e um representante da Vara da Infância e Juventude.

modo integrado ao processo de formação para profissionais de abrigos e outros serviços que compõem a rede de atendimento social local:

- Para nortear a proposta, foi feito um levantamento minucioso deste atendimento e do perfil da população atendida; além de um mapeamento do fluxo e da rede de serviços. A cidade já contava com inúmeros serviços e programas, o que levou à discussão de formas de otimização e readequação deles visando um atendimento mais eficaz.
- O documento final que está nortear a reestruturação da rede tratou dos princípios e padrões de atendimento do acolhimento institucional e indicou demandas para outras áreas da política social e para a área de assistência social, além de projetos complementares.
- A proposta de reordenamento para os abrigos existentes caminhou no sentido de promover as adaptações e criar novos projetos de forma sustentável e gradativa, com intenção de efetivá-las de fato (São José dos Campos, 2007).

Comumente, a proteção social de média e alta complexidade conta apenas com unidades de acolhimento institucional, deixando de olhar e viabilizar os programas de natureza mais familiar. A ênfase dada no PNCFC para a implementação de Programas de Famílias Acolhedoras é um esforço para modificar essa realidade. No entanto, programas dessa natureza têm encontrado algumas dificuldades de percurso: despreparo e desconhecimento da proposta e baixa adesão dos governos municipais.

As indicações do PNCFC para o reordenamento dos serviços de acolhimento institucional projetam melhorias de duas ordens: no âmbito interno, em relação ao projeto de atendimento às crianças e adolescentes e famílias, e no âmbito externo, enfatizando a ampliação dos mecanismos de participação e vinculação comunitária das crianças e a integração com os serviços complementares da rede de atendimento.

Programas, benefícios e serviços

Apresentamos indicações de programas, benefícios e serviços que podem articular uma **rede de proteção especial** nos municípios. Cada município deverá avaliar sua demanda, conhecer sua situação e traçar um plano de metas para o ajuste de sua rede, pois é possível que muitos desses serviços não sejam necessários na maioria dos municípios.

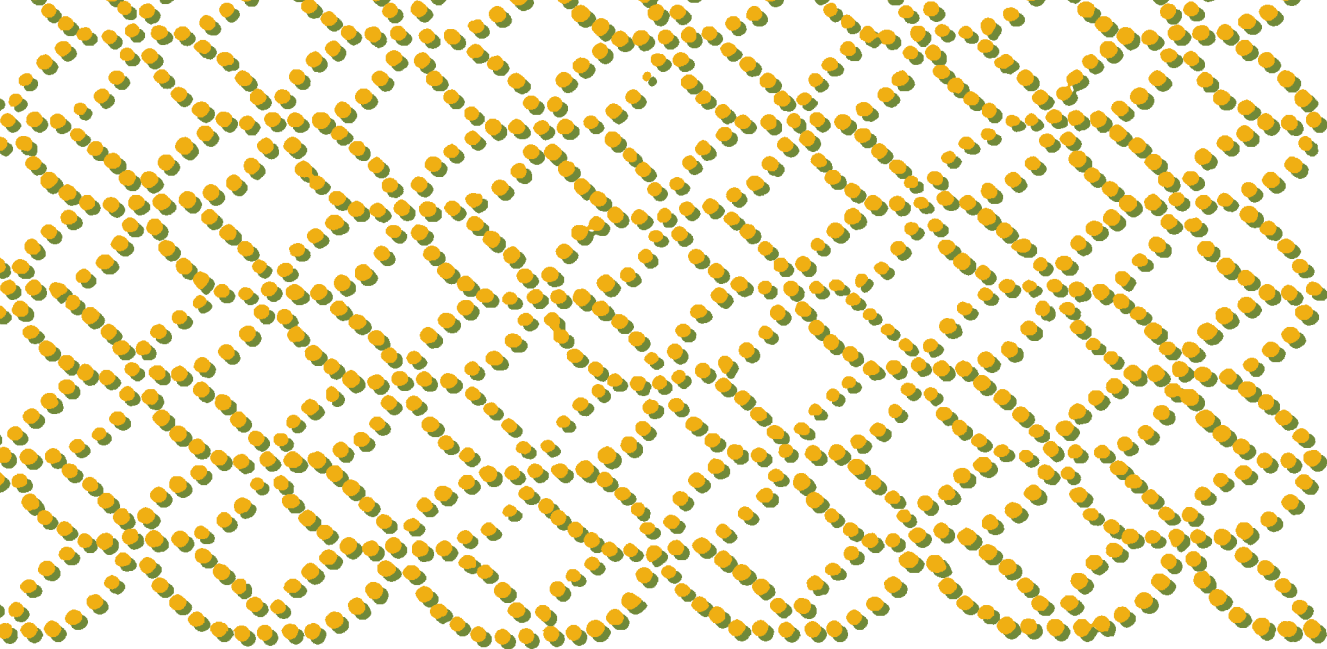
- Programas de apoio sociofamiliar
- Serviços de identificação de crianças e adolescentes desaparecidos
- Programas de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte
- Abrigos²⁰
- Serviço de Acolhimento para População de Rua e Migrantes

²⁰ A Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, torna o item IV do artigo 90 do ECA mais abrangente, ao substituir a palavra “abrigo” por “acolhimento institucional”, e o abrigo transforma-se em uma forma desse tipo de acolhimento. São formas de acolhimento institucional: Abrigos, Repúblicas, Casas de Passagem e Casas-Lares.

- Repúblicas
- Casas de passagem
- Grupos de apoio à adoção
- Programas de apadrinhamento
- Sistemas de informação sobre crianças, adolescentes e família
- Plantão social
- Benefício de aluguel social
- Serviço de Atendimento a Meninos e Meninas em Situação de Rua
- Programas de erradicação do trabalho infantil
- Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes
- Programas terapêuticos e educativos em meio aberto ou fechado para dependentes de drogas
- Serviço de Atendimento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto
- Serviços ou programas de preparação para a autonomia que atendam, entre outros, adolescentes acolhidos e jovens egressos de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes
- Programas de acolhimento familiar do tipo Família Acolhedora
- Oficinas protegidas para adolescentes com necessidades especiais em processo de desligamento institucional
- Internação em estabelecimento educacional para cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade
- Programa de Acompanhamento e Apoio aos Egressos de Internação

Recomendações para os protagonistas do processo de articulação das redes sociais de proteção especial.

- Conhecer e ter familiaridade e comprometimento com a organização e a animação da rede.
- Ajudar a definir um planejamento do trabalho, a metodologia e as normas de integração de novos membros.
- Contribuir para a discussão sobre a necessidade dos serviços existentes e de novos serviços e programas.
- Cuidar dos aspectos organizacionais e gerenciais na condução do processo para viabilizar a participação, abrindo efetivamente o espaço para todos.
- Conhecer os aspectos legais envolvidos na revisão/implantação ou criação de programas ou serviços.
- Relacionar-se bem com a comunidade técnica e legalmente envolvida nos programas e serviços e aglutinar esforços de todos para a articulação.



- Estimular a participação daqueles que se mostram mais reticentes em participar e valorizar os que se comprometem com entusiasmo.
- Usar os recursos das redes de informação virtual e os recursos tecnológicos que permitam mapear e analisar os dados sobre a população e a realidade local.

Algumas competências e fatores são básicos para o profissional que atua nos programas socioassistenciais a fim de dar credibilidade ao projeto: saber articular relações e negociar consensos, respeitar as autonomias, planejar em conjunto.

Para que o desenvolvimento de propostas seja de interesse de todas as pessoas que assumem naquele momento a organização da rede, será preciso conhecer bem a realidade e definir papéis e responsabilidades ouvindo os participantes numa atitude de não superioridade. 🍷

Referências

- BAIARDI, Amilcar. Fazendo a democracia funcionar ou a tradição cívica nas regiões italianas – comentários sobre a obra de Robert Putnam. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 375-404, jan./dez. 1997. Disponível em: <www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1000&article=206&mode=pdf>. Acesso em: 30 jun. 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Diário Oficial da União*. Resolução nº42, de 10 de março de 2008. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/legislação.../2008/cnas.../download>. Acesso em: 10 de outubro de 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*, Brasília, 2005.

- BRONZO, Carla; VEIGA, Laura. Intersectorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para prática. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Ano XXVIII, n. 92, nov. 2007.
- CARVALHO, Maria do Carmo B. *A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos*. Cenpec, abr. 2003. Mimeo.
- DI GIOVANI, Geraldo. Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual. In: *Reforma do Estado e políticas de Emprego no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998.
- GUARÁ, Isa M. F. R. (Coord.). *Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente*. 2. edição. São Paulo: IEE PUC-SP/CBIA, 2000.
- INOJOSA, Rose M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. *Cadernos Fundap*. São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.
- MAIA, Joviane M. Dias; WILLIAMS, Lucia C. de Albuquerque. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em psicologia*. Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 91-103, dez. 2005.
- MARTINHO, Cássio et alli (Coord.). *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF-Brasil, 2003.
- PUTNAM, R. (2000). Social capital: measurement and consequences. In: *International Symposium on The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being*. Quebec: Human Resources Development Canada and OECD, March 19-21. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/25/6/1825848.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2008.
- REIS FILHO, G.; BARROS A. L. *Hiperconectores, elementos de poder nas redes sociais: um estudo de caso na Rede Nossas Crianças*. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Administração para Organizações do Terceiro Setor – FGV, 2006.
- ROSSI, Luiz R. Mapa do tesouro (s/d). Atlas do capital social na Itália, de Roberto Cartocci. *Revista Eletrônica Integração*. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano10/09/publicacoes.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2008.
- SANICOLA, Lia. *As dinâmicas de rede e o trabalho social*. São Paulo: Veras Editora, 2008.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Reordenamento da Rede de abrigos*. Documento preliminar para o CMDCA. Documento impresso, 2007.
- SCHERER-WARREN. Ilse. (2003) *Redes enquanto conceito propositivo dos movimentos sociais*. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/Conteudold/3270e7c7-cc8a-477c-94a4-d0223efc8521/Default.aspx>>. Acesso em: 23 jul. 2008.



capítulo 4

ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DE REDES EM SANTOS

FAUSTA A. O. P. MELLO*

Tecemos a rede com novos fios, entrelaçamentos e parceiros para buscar novos saberes e conhecimentos. Afinal, a criança, o adolescente e a família tem pressa, e nós, tecelões do social, estamos redesenhando novos arranjos, costurando e amarrando novas redes e novos (velhos) parceiros-atores sociais a favor da justiça e da proteção social. Afinal, a vida e a dignidade da população infantojuvenil tem pressa!

O trabalho em rede envolve capacidade técnico-metodológica, postura ético-política e afetividade. A busca do aprimoramento constante para participar dos avanços científicos e tecnológicos necessários à atividade profissional tornou-se constante em nossa vida.

A experiência que, neste texto, servirá como desencadeadora para novas propostas de ação acontece no município de Santos, litoral de São Paulo. Com uma população de 450 mil habitantes, a cidade tem como atividades principais os trabalhos portuários e o turismo. Concomitante ao progresso econômico, surgiram favelas e um grande número de cortiços na região do centro – locais de alta vulnerabilidade social e riscos.

A área empobrecida, além de foco de prostituição e de registrar grande número de moradores em situação de rua, trouxe à tona a inquietude e o compromisso da população residente, que requereu novas formas de pensar e de agir das políticas públicas, em busca da construção de uma prática que pudesse reverter a situação de exclusão e de marginalização daquela comunidade.

* Fausta Alzirina Ornelas Pontes Mello. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, Especialista em Educação Infantil, Assistente Social da Prefeitura de Santos – Seção de Valorização da Criança –, Professora da Universidade Metropolitana de Santos.

O caso apresentado está vinculado aos atendimentos realizados na Secretaria Municipal de Saúde – SMS, que tem, entre seus serviços, três unidades de atendimento para crianças de zero a 11 anos e 11 meses, denominadas Centro de Valorização da Criança – CVC, criadas em 1991.

Os CVC/SMS atendem crianças em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social decorrente de violência, conflito familiar, distúrbio de comportamento, déficit de aprendizagem, retardo de fala, transtornos mentais, entre outros fatores.

Os encaminhamentos, geralmente, são efetivados pelos Conselhos Tutelares, escolas, serviços governamentais e ONGs, além da procura espontânea. Os casos são atendidos, individualmente ou em grupos, por uma equipe multidisciplinar (um psiquiatra infantil, dois assistentes sociais, dois psicólogos, dois fonoaudiólogos e um acompanhante terapêutico). São fundamentais as ações coletivas articuladas para os atendimentos dos casos de violência doméstica e/ou institucional.

Para que haja um atendimento em rede que vise ações integrais, há de se ter como princípio a incompletude técnica de um saber determinado, assim como a incompletude da instituição: nenhum técnico ou nenhuma instituição isoladamente é capaz de atender a todas as necessidades dos sujeitos.

Uma nova visão-ação exige também a participação direta dos sujeitos atendidos e de suas famílias na reconstrução dos laços afetivos e sociais entre os pares.

De um estudo realizado (MELLO, 2006) sobre casos atendidos entre as 478 crianças matriculadas, apresentamos abaixo um exemplo que pode ilustrar a complexidade das situações. Nesse estudo, a leitura dos prontuários permitiu o desvelamento de vulnerabilidades pessoais e sociais e fez surgir as dificuldades vividas pelas famílias para conseguir um atendimento público.

A construção de um trabalho em rede, nesse caso, foi realizada por profissionais do CVC, que estabeleceram interlocuções com outros profissionais que atendiam o mesmo processo. A demanda surgiu a partir da necessidade de melhorar a intervenção e aprofundar conhecimentos sobre a situação vivida pelas crianças e suas famílias.

A proteção integral da criança está baseada num projeto ético-político, operado por cada um dos atores sociais e pelas instituições que os representam. Assim, foi preciso refletir coletivamente sobre qual era a visão que se tinha sobre a criança e quais os conceitos (e pré-conceitos) sobre as famílias.

Nesse tipo de trabalho, emergem as influências do contexto institucional, geográfico e afetivo, a qualidade das relações, as circunstâncias de cada um dos sujeitos, as fragilidades institucionais, o compartilhamento de novas potencialidades e muitos outros desafios para se organizar um trabalho comum.

Os laços que tecem a rede foram amarrados pelos próprios desafios do processo de tecê-la; e foi esse movimento que permitiu ver e rever potencialidades da equipe técnica e dos sujeitos atendidos. 🍷



CASO 1

OS IRMÃOS K.1 E K.2: CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (NEGLIGÊNCIA), ABUSO SEXUAL E SITUAÇÃO DE RUA

Atores sociais

- *Um conselheiro tutelar da Zona Central;*
- *Uma assistente social e uma psiquiatra infantil do CVC – Centro/SMS;*
- *Um diretor, um terapeuta ocupacional e uma psicóloga da escola especial municipal;*
- *Um psicólogo e um advogado do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes;*
- *Um assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social.*

Os irmãos K.1 e K.2 eram crianças vítimas de violência doméstica (negligência), abuso sexual e viviam em situação de rua. A mãe tinha um histórico de alcoolismo, mas era muito afetiva. Teve vários parceiros e eventualmente exercia a prostituição. Negligenciando o cuidado com os filhos, já não conseguia exercer nenhuma autoridade sobre eles e não tinha nenhum parente que a ajudasse.

Em função do risco social e da inexistência de outro programa ou serviço que

acolhesse os meninos, pensou-se na alternativa de acolhimento institucional dos irmãos, mas optou-se pelo investimento no apoio sociofamiliar, na busca da vinculação dos meninos com o CVC e no trabalho de articulação da rede intersetorial.

A equipe do CVC – Centro/SMS procurou utilizar estratégias específicas de acolhimento e confiança para conseguir manter a vinculação das crianças ao programa, considerando suas vivências e a baixa adesão a normas de convívio.

As crianças estavam ainda em situação de rua quando foi reiniciado o atendimento terapêutico no serviço, pois, em ano anterior, já haviam abandonado o tratamento. O desafio era garantir uma vinculação que permitisse continuidade de trabalho no âmbito da assistência social e da saúde.

As estratégias deram resultados e os meninos começaram a frequentar com mais assiduidade o CVC. Nesse momento, iniciou-se também um atendimento familiar envolvendo a mãe e seus filhos.

O atendimento foi feito com todos os membros da família, inclusive os filhos já casados. O critério era trazer todos os que quisessem participar do processo terapêutico, desde que a família autorizasse.

Após um ano de atendimento familiar, o menino K.1 revelou outros aspectos de sua infância, incluindo reiterados episódios de abuso sexual por pessoa fora do espaço familiar.

No processo terapêutico, foi muito importante o vínculo afetivo, o respeito e a confiança que os meninos e a mãe adquiriram na relação com os técnicos. Nesse processo, podem-se perceber tanto as vulnerabilidades de cada membro da família, quanto suas potencialidades.

Nesse processo, a equipe do CVC-Centro/SMS acionou o Conselho Tutelar do Centro para ajudar a promover uma reunião em rede com profissionais de outros programas públicos que atendiam o caso, pois avaliava serem necessárias ações conjuntas para poder beneficiar a criança/família em seu processo de convivência social e familiar.

Os demais atores sociais e instituições – justiça, assistência social, escola etc. – poderiam potencializar e complementar recursos materiais, afetivos e sociais, abrindo novas fronteiras e percursos para os irmãos K.1, K.2 e família.

No trabalho de rede desse caso, apareceram questões polêmicas: sexualidade, gênero, trabalho e prostituição, sendo necessários o enfrentamento e o debate entre os diversos atores sociais para manter a rede. As diferentes formas de atuação muitas vezes criaram impasses e dilemas que evidenciavam visões diferentes sobre o problema.

Foi preciso compreender os limites do processo e construir consensos a partir do debate em grupo. Em se tratando de rede, um elemento importante a se colocar é a questão da afinação de conceitos. Há interpretações, formas de agir e intervenções que requerem discussão e estudo. Isso exige algum tempo e depende de como os atores vão perceber e se comprometer nesse percurso.

A ação profissional/institucional em rede exige respeito ao que é decidido coletivamente e isso, afinal, é muito enriquecedor, pois todos sabem que se atinge outro patamar quando o projeto é coletivo e há alterações significativas na vida da criança/família.

No caso dos irmãos K.1 e K.2, a evolução foi positiva, porque a mãe conseguiu perceber que tinha capacidade de criar e educar seus filhos. A escola foi uma grande parceira e isso só foi possível com o processo da rede. As articulações dos atores sociais/instituições da saúde, da assistência social, do Conselho Tutelar e do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra crianças e adolescentes foram também fundamentais para a evolução do processo, facilitando o acesso mais rápido a recursos sociais para o fortalecimento dos irmãos e da família.

A evasão escolar, a violência doméstica (negligência) e o abuso sexual eram os fatores presentes na vida dos irmãos. Eles foram para uma escola especial, em Santos, e houve um avanço no aprendizado dos meninos. A área da educação se constituiu em um dos maiores aliados, pois seus profissionais passaram a acreditar nos meninos, o que foi fundamental nesse caso.

Nessa nova escola, havia um terapeuta ocupacional que foi um ator determinante, constituindo-se numa figura masculina de referência, que estabelecia limites e, ao mesmo tempo, acolhia os meninos.

O menino K.1 passou a perceber e a exercer seus direitos de ser respeitado e protegido, agindo, relatando e se colocando como protagonista diante da situação de marginalização e de vitimização social na qual se encontrava.

Aprendemos na rede a ter um compromisso afetivo e ético ainda maior com a infância e a procurar as alternativas que permitam a participação cada vez maior de todos os envolvidos na decisão sobre os casos.



Referências

- MELLO, Fausta O. P. MELLO. *O trabalho em rede com crianças vitimizadas: o desafio de tecer a rede de proteção integral*. Mestrado em Serviço Social. PUC/SP. 2006.



capítulo 5

FAMÍLIA E REDE SOCIAL

MARIA ANGELA MARICONDI*

MARIA LUÍSA PEREIRA VENTURA SOARES**

Este texto pretende apresentar e discutir a estreita relação entre os conceitos de família e de rede social, procurando encontrar novas formas de ver, ouvir e apoiar famílias que, por alguma razão, encontram-se vulnerabilizadas.

Ele apresenta também uma proposta de abordagem familiar, do ponto de vista da rede social, e um exemplo prático de atendimento.

É frequente ouvirmos de profissionais da saúde, educação e assistência social que trabalham com famílias que algumas delas não têm condição de cuidar de seus filhos porque são “desestruturadas”.

O que isso quer dizer?

O que significa aqui a palavra “desestruturada”?

O que essa palavra esconde, em lugar de revelar?

Que imagem ou anseio de família essa declaração contém?

Quais consequências práticas poderão advir desse tipo de posicionamento profissional?

Quais valores e crenças estão presentes nessas situações (que muitas vezes se caracterizam por um jogo de poder que acomoda, normaliza, elimina diferenças...)?

Trabalhar desde outra perspectiva ou com uma diferente visão poderá significar o abandono de um tipo de idealização sobre o que é ser família, classe social, grupo de pertença ou convivência na sociedade contemporânea.

* Psicóloga, Mestranda em Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da USP; Consultora do Ministério da Saúde (Projeto Avaliação para melhoria da qualidade da estratégia saúde da família) e do Unicef (Programa Família Brasileira Fortalecida).

** Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário Assunção - Unifai, Diretora do Centro de Recuperação e Educação Nutricional.

Aliás, o simples reconhecimento de uma forte imagem internalizada de **família ideal** poderá nos mostrar novas realidades e diferentes modos de ser família.

Se olharmos para a família real e desistirmos da ideia de um **modelo único e correto** de ser família, nos abriremos para o reconhecimento de realidades muito diferentes e muito diversificadas.

Em um panorama de múltiplos arranjos familiares possíveis na atualidade, podemos constatar que:

- diminuiu o número de famílias compostas de pai, mãe e filhos – família nuclear conjugal;
- aumentou o número de famílias compostas de mães morando sozinhas com seus filhos – família monoparental;
- começam a aparecer famílias compostas de pais morando sozinhos com seus filhos;
- aumentou o número de pessoas morando sozinhas e de famílias reconstruídas – filhos de casamentos anteriores morando juntos;
- persistem as famílias extensas ou ampliadas, aquelas às quais se agregam parentes ou amigos;
- aumentou o número de pessoas idosas na família porque as pessoas estão vivendo mais.

Da simples observação dessas constatações, podemos concluir que a família é uma instituição que está passando por profundas transformações e que as formas como as famílias se organizam e os princípios e regras que regem suas relações são muito variados.

A família, de núcleo a rede

Segundo Cyntia Sarti (2003), as mudanças tecnológicas sobre a reprodução humana, ocorridas a partir da década de 1960, especialmente com o advento da pílula anticoncepcional e a expansão do feminismo, separaram fecundidade, sexualidade e procriação. Com isso, introduziram no universo naturalizado da família a dimensão da escolha, de um lado, e da necessidade econômica, de outro, e levaram a mulher ao mundo do trabalho, fenômeno que vem demandando uma reordenação importante dos alicerces familiares.

Confirmar mudança

Então, como desenvolver um trabalho com aquelas famílias que buscam nossa ajuda, em uma sociedade marcada por mudanças decorrentes do acirramento de um processo sociopolítico e socioeconômico que exclui e vulnerabiliza as mulheres porque as exporia das mínimas condições de trabalho e, conseqüentemente, de condições dignas de vida?

Um primeiro passo poderá ser a suspensão de qualquer juízo de valor acerca do que deva ser uma família estruturada. Eliminar qualquer tipo de preconceito e expectativa sobre um determinado comportamento familiar será um bom começo, um ótimo ponto de partida.

Isso possibilita que a família seja pensada em seus múltiplos jeitos de ser e existir. Observando que, atualmente, funções essenciais à sobrevivência e ao desenvolvimento dos diversos membros da família não são exercidas exclusivamente por este ou aquele membro em particular, concluímos que a imagem mais condizente com essa realidade é a de uma **rede de relações** que pode ser fortalecida, ampliada, substituída, acrescida etc.

Portanto, se a família não é mais um núcleo, e sim uma rede, nosso trabalho com ela terá de se abrir para o novo, ser mais criativo, inovador, inspirar-se no próprio modo como a família está se (re)construindo e adaptando aos novos tempos!

Recomendações práticas para quem trabalha com famílias

- Refletir sempre sobre nossas próprias experiências com nossas famílias (a família atual e a família de origem), identificando nossos valores, crenças e mitos.
- Evitar julgamentos baseados em qualquer tipo de preconceito.
- Construir alternativas de mudança junto com a família.
- Promover sempre o diálogo e a troca de informações.
- Identificar e buscar ampliar a rede social da família.

Lia Sanicola (1996) define **família** como sendo

(...) uma rede de solidariedade, quase sempre eficaz para oferecer os cuidados necessários a seus membros, especialmente àqueles que apresentam uma incapacidade temporária ou permanente para prover suas próprias necessidades de maneira autônoma, como no caso de crianças, idosos, de enfermidades físicas ou psíquicas, ou ainda de desemprego.

21 Programa Infância Desfavorecida em Meio Urbano – PIDMU, apoiado pela Comissão Europeia e composto de 23 projetos implementados por organizações não governamentais nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belo Horizonte com o objetivo de melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes em situação de risco.

Essa definição introduz um elemento muito importante, que é o potencial que uma família tem de apoiar seus membros, tanto no sentido da promoção do seu desenvolvimento quanto na superação de situações difíceis ou adversas.

Esse novo olhar centrado no que a família tem como recurso, em lugar do que lhe falta, encontra eco no conceito de **patrimônio** do PIDMU²¹:

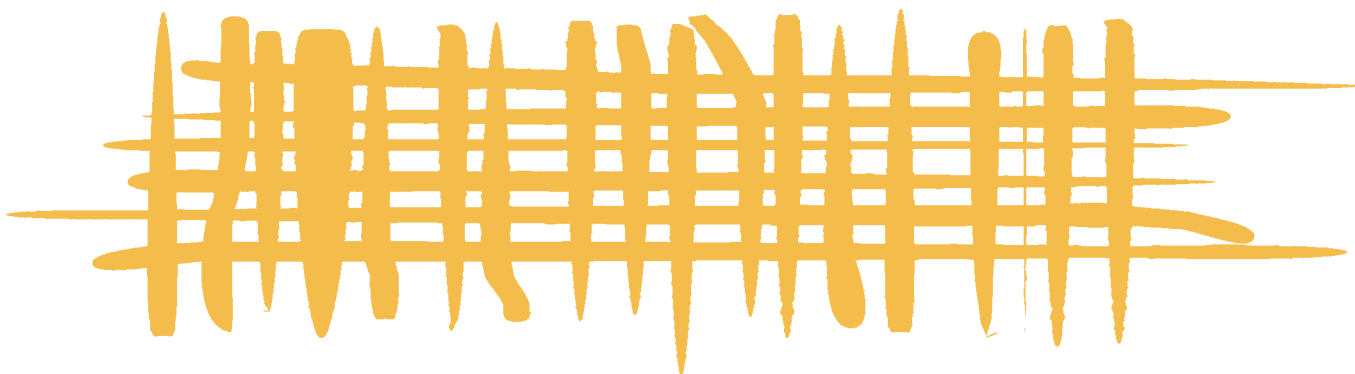
(...) é um conjunto de recursos dos quais as pessoas podem dispor para garantir, a si mesmas e a seus familiares, maior segurança e melhor padrão de vida. Tais recursos compõem-se de trabalho, saúde, educação, moradia, habilidades pessoais e relacionais – relacionamentos familiares, de vizinhança, de amizade, comunitários e institucionais (PIDMU, 2000).

22 O conceito de patrimônio foi originalmente desenvolvido por Caroline Moser. Ver Referências.

Estruturar uma intervenção social a partir do **patrimônio**²² da pessoa, da família e da comunidade significa considerar as potencialidades e os nexos que se estabelecem como realidades historicamente construídas na existência delas.

Assim, a necessidade da família, apesar de se evidenciar a partir de uma dificuldade específica, por exemplo, falta de habitação ou de alimento, não é setorial, como é usualmente entendida ou tratada pelas políticas públicas, mas global, na medida em que se refere à totalidade da vida da família, sendo de fundamental importância o significado que a própria família lhe atribui.

Pensar o trabalho social a partir do **patrimônio** exige abertura e visão de uma realidade mais ampla, que transcende a dificuldade em si, que não se restringe à aplicação de soluções previamente concebidas. Em outras palavras, a ação, e conseqüentemente a mudança, nasce do que existe e não do que falta. Esse modo de ver e agir com famílias significa ajudá-las a reconhecer a existência de seu patrimônio para, depois, estimular seu uso e seu fortalecimento.



Os muitos relacionamentos da família

Outro conceito que pode nos ajudar muito a avançar na construção de uma proposta inovadora de trabalho com famílias é o conceito de **rede social da família** de Lia Sanicola (1995). Para ela, essa rede “(...) é constituída por um conjunto de relações interpessoais a partir das quais a pessoa e/ou a família mantêm sua própria identidade social”.

Essa identidade social constitui-se a partir dos hábitos, costumes, crenças e valores característicos daquela rede. De sua rede social, a pessoa e/ou a família recebem sustento emocional, ajuda material, serviços e informações; e assim desenvolvem suas relações sociais.

Todos nós, desde o nascimento, pertencemos a um contexto relacional que aqui vamos chamar de **rede social primária**. Ela é constituída, em primeiro lugar, pela família que nos gerou, ou que nos acolheu, seguida pelos parentes, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, enfim, todos os nossos relacionamentos pessoais. Naturalmente, sabemos que, nessa dimensão relacional, os vínculos são de **reciprocidade**.

Continuando a tecer esse emaranhado de relações, podemos identificar outras dimensões relacionais com pessoas que prestam serviços e que trabalham em diferentes instituições, que aqui nomearemos de **redes secundárias**. Nessa dimensão, os vínculos podem fundar-se no direito, na solidariedade ou na circulação do dinheiro.

Para melhor compreensão desse tipo de rede, descreveremos sua tipologia e onde elas aparecem.

As **redes secundárias** podem ser tipificadas em formais, informais, de terceiro setor, mistas e de mercado.

As **redes secundárias formais** são constituídas por instituições sociais de existência oficial e estruturação precisa que desenvolvem funções e serviços específicos. Tais redes caracterizam-se por trocas fundadas em um **vínculo de direito**; elas prestam serviços e intervêm de acordo com as demandas das pessoas. Fazem parte desse tipo de rede os serviços prestados pelas instituições públicas através de seus programas de moradia, saúde, educação e assistência social.

A **rede secundária informal** se constitui com base em uma rede social primária – quando há uma necessidade ou dificuldade comum aos membros da rede, um grupo de pessoas organiza um auxílio ou um serviço. Nesse tipo de rede, o vínculo funda-se na solidariedade: há troca de serviços sem circulação de dinheiro e existe um mínimo de organização para um máximo de eficácia.

Essa rede é efêmera, dura enquanto durar o problema a ser enfrentado. Um exemplo desse tipo de rede é o de pessoas que se organizaram para levar diariamente suas crianças à escola.

Quando uma rede secundária informal perdura, ela tende a se formalizar, transformando-se em associações, ou seja, em **redes secundárias do terceiro se-**

tor. Aqui, as relações se estabelecem com base em regras mais precisas; por exemplo, pessoas que se organizam para cuidar dos filhos com deficiência e, mais tarde, transformam esse serviço em uma rede do terceiro setor, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Essas redes secundárias do terceiro setor são, portanto, associações, organizações da sociedade civil, cooperativas sociais ou fundações que prestam serviços sem visar lucro. Caracterizam-se pelo intercâmbio de **vínculos de direito e de solidariedade**.

As **redes secundárias de mercado**, como o próprio nome diz, referem-se a atividades econômicas rentáveis, estando sua existência estreitamente ligada ao dinheiro e ao lucro. São exemplos de redes de mercado, as empresas, os estabelecimentos comerciais, os negócios e as atividades prestadas por profissionais liberais.

Toda pessoa tem uma rede de relacionamentos. A pessoa em situação de pobreza também dispõe de sua rede de relacionamentos, ainda que se sinta isolada e socialmente excluída. Esse sentimento de isolamento decorre de sua falta de percepção dos vínculos que possui e que poderiam lhe dar suporte ajudando-a a superar dificuldades.

A ABORDAGEM DE REDE SOCIAL UTILIZADA NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL – CREN

23 Desenvolvida por Claude Brodeur e alterada por Lia Sanicola. Ver na página 63 e seguintes do Caderno *Cada caso é um caso* desta coleção alguns instrumentos para o mapeamento da rede social com base em outras referências.

Na experiência de trabalho do CREN, a rede social é utilizada como metodologia de abordagem familiar.²³

O CREN é uma organização não governamental, nascida da prática de profissionais da Universidade Federal de São Paulo que atuam no combate à desnutrição infantil desde 1989, na cidade de São Paulo.

Em se tratando da abordagem de famílias que têm crianças com um quadro de desnutrição, é importante destacar que se trata de uma síndrome (um conjunto de doenças de causas multifatoriais) cuja origem está na situação de pobreza e exclusão em que vivem essas famílias.

Isso significa que, para o enfrentamento de um problema tão complexo, é necessário o trabalho em equipe multidisciplinar, a construção de uma rede de relacionamentos com instituições públicas e privadas, além da luta permanente pela melhoria das condições sociais, políticas e econômicas do país.

O fato de as pessoas se perceberem como pertencendo a uma determinada rede social não é uma novidade. A novidade está em se darem conta de que isso poderá ajudá-las muito, se for uma rede social trabalhada de forma sistemática e ordenada, com uma abordagem com instrumentos próprios.

A **abordagem de rede** considera todas as pessoas em relacionamento recíproco dentro de uma rede. Ela interessa ao profissional que vai trabalhar com a família na medida em que reúne as pessoas com as quais é possível contar para enfrentar as situações que precisam ser trabalhadas e/ou acompanhadas.

O primeiro grande ganho é a percepção da família de que ela não está sozinha, a partir da contextualização de seu ambiente relacional.

Para que o trabalho seja iniciado, é necessário existir uma **necessidade individual ou coletiva**.

A ação será desenvolvida através de encontros com quem trouxe a necessidade e com as pessoas que são significativas para a solução daquele problema. O fato de uma família chegar ao CREN já é sinal de uma necessidade de fundo que, nesse caso, é a de nutrir adequadamente sua criança.

As condições para a realização do trabalho são **o consenso e a disponibilidade das pessoas**. Para o levantamento do contexto relacional da família e, por conseguinte, da criança, os instrumentos utilizados são **o mapa da rede e os quadros de suporte**.

As famílias que têm crianças com quadro de desnutrição normalmente revelam a percepção de estarem sozinhas no enfrentamento da realidade. Essa é a primeira questão trabalhada pela abordagem que estamos apresentando.

Na abordagem de rede, antes de tudo, o profissional utiliza o olhar e a escuta; por isso, ele precisa estar sensível e atento ao gesto, à palavra e ao silêncio, pois eles encerram o significado das relações sociais.

O primeiro passo dessa abordagem é explicar o que é a rede e como ela já está presente com maior ou menor força na realidade da família. Para ilustrar essa ideia, redes muito conhecidas, como a rede de pesca, a rede para descanso ou a rede utilizada pelo corpo de bombeiros, entre outras, podem ser usadas como metáforas para a apreensão do sentido de uma rede na vida da família: a rede pode aprisionar (pesca), oferecer conforto (descanso), salvar e ajudar em situações difíceis (corpo de bombeiros).

Em um segundo momento, a família é convidada a conhecer a rede com que ela conta. Isto começa a ser feito solicitando que ela faça uma lista de pessoas, o que pode ser encaminhado de três maneiras:

1. através do elenco de nomes de pessoas com as quais a família mantém contato regularmente;
2. através da solicitação de uma descrição, a mais completa possível, do cotidiano familiar;
3. através da montagem de uma lista, a partir de uma demanda específica, por exemplo, das pessoas envolvidas no momento da ida a uma consulta médica.

É fundamental que o profissional que trabalha com essa abordagem tenha muita clareza do que ele deseja obter, pois este não é um trabalho meramente exploratório.

É frequente encontrar famílias que, ao serem solicitadas pela primeira vez a citar o elenco das pessoas com quem estabelecem algum tipo de relacionamento, não indiquem aquelas com quem tenham algum tipo de dificuldade, pois isso representa muita dor e sofrimento. Nesse caso, é necessário dar tempo ao trabalho de construção de um vínculo de confiança entre profissional e família.

Com a lista pronta, podemos passar para a elaboração da representação gráfica, o mapa, por meio do qual a família **visualiza** sua rede social. Esse instrumento, que é elaborado junto com a família, resulta em uma fotografia de um determinado momento dela – um recorte feito no tempo – que pode auxiliar no enunciado de uma hipótese de trabalho que será desenvolvida posteriormente.

Para a elaboração do **mapa da rede**, utilizam-se figuras geométricas que representam diversos tipos de redes (Quadro de Suporte 1) e traçados que representam tipos de vínculos entre pessoas, redes e instituições (Quadro de Suporte 2).

QUADRO 01 - REPRESENTAÇÃO GEOMÉTRICA DOS TIPOS DE REDE

Tipos de rede	Figuras geométricas
Redes primárias (reciprocidade):	 FAMÍLIA PARENTES VIZINHOS AMIGOS COLEGAS
Redes secundárias formais (trocas de direitos):	 INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA INSTITUIÇÕES DE SAÚDE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INSTITUIÇÕES DE RECLUSÃO
Redes secundárias informais (trocas de serviços e solidariedade):	
Redes secundárias do terceiro setor (trocas de solidariedade e de direitos):	 VOLUNTARIADO ORGANIZADO, COOPERATIVAS SOCIAIS, ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES
Redes secundárias de mercado (troca de dinheiro):	 EMPRESAS, FÁBRICAS E NEGÓCIOS
Redes secundárias mistas (trocas de direitos e de dinheiro):	 CASAS DE SAÚDE (RECUPERAÇÃO) E HOSPITAIS PRIVADOS

QUADRO 02 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS TIPOS DE VÍNCULOS NA REDE SOCIAL

Tipos de vínculo	Representação gráfica
Normal	
Forte	
Frágil	
Conflituoso	
Rompido	
Interrompido	
Descontínuo	
Ambivalente	 (é quando se estabelecem tipos de vínculos diferentes em um mesmo relacionamento entre duas pessoas; por exemplo, a pessoa A tem vínculo fraco com B e B tem vínculo descontínuo com A)

UMA ABORDAGEM DE REDE SOCIAL COM A FAMÍLIA DE “M”, ATENDIDA NO CREN.

“Eu nem percebia que eu tinha essa ligação com essas pessoas, que elas interferiam tanto na minha vida.”

Mãe atendida no CREN em 2001.

Essa família chegou ao serviço em março de 1999, por meio do encaminhamento de uma vizinha, cuja filha tinha sido atendida pelo CREN e identificou que **I** estava desnutrido.

I nasceu em 04/04/97, a termo²⁴, com 2,900 kg; ingressou no CREN com 2 anos, quando pesava 9,39 kg; tinha estatura de 81,2 cm e apresentava um quadro de desnutrição moderada, com os seguintes índices:

- 2,68 escore z de estatura para idade; e
- 1,58 escore z de peso para idade.

I apresentava atraso no desenvolvimento por não pronunciar palavra alguma, o que não é esperado para essa faixa etária. Segundo relato de **M**, **I** era uma criança que ficava doente frequentemente por infecções de trato superior. No exame físico, apresentou sibilância²⁵. A nutricionista informa que os hábitos da família eram inadequados, uma vez que a criança consumia salgadinhos, tomava mamadeira e tinha baixa ingestão alimentar.

M e **EV**, pais de **I**, são naturais da Bahia e residem em uma favela em São Paulo há dez anos. **M** tem 44 anos, é analfabeta; **EV** tem 62 anos e primeiro grau incompleto. De seu primeiro relacionamento conjugal, **M** teve três filhos, dois dos quais moram na Bahia com a avó materna; a terceira filha é casada e mora próximo à favela onde **M** reside. **EV** é seu segundo companheiro e é pai de **ED** (6 anos), **T** (4 anos) e **I** (2 anos). **ED** e **T** frequentam uma Escola Municipal de Educação Infantil.

Uma característica importante dessa família, que deve ser ressaltada, é o fato de todos os seus membros apresentarem algum problema de saúde. **EV** tem deficiência auditiva, **T** está sendo investigada quanto a um possível problema cardiológico e **I** apresenta problemas respiratórios e desnutrição. **M** faz tratamento psiquiátrico e relata que **ED** tem perda auditiva e dificuldade escolar.

A família mora em uma pequena casa de alvenaria, com apenas um cômodo, sem banheiro. A renda familiar é inferior a um salário mínimo. **EV** trabalha como pedreiro no mercado informal, mantendo a família com muita dificuldade e passando privações alimentares.

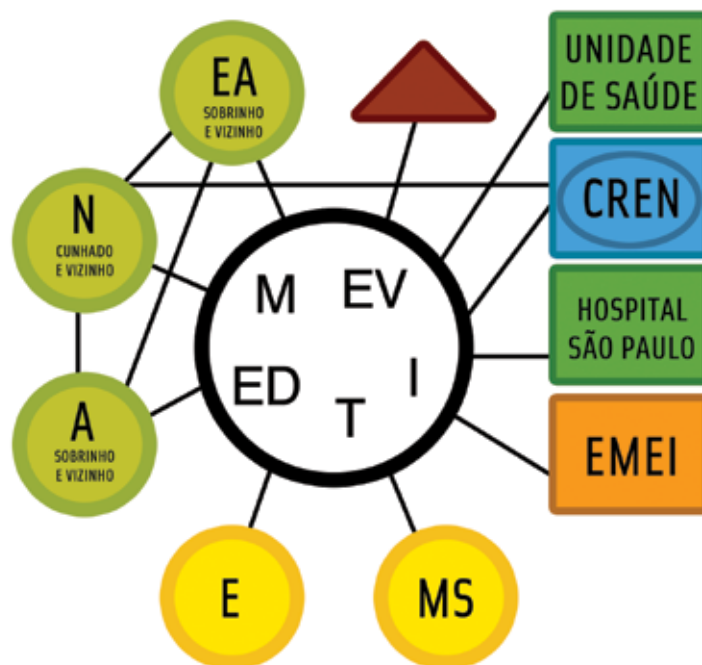
M tem dificuldade de se relacionar com outras pessoas. Sua própria comunicação verbal lhe impõe limites para compreender e ser compreendida, sendo este

²⁴ Este dado explica que a criança nasceu ao cabo de 9 meses de gestação, ou seja, com maturidade fetal. O peso esperado nestas condições é acima de 3 kg; assim, a variação apresentada não justifica o agravamento do estado nutricional atual.

²⁵ Trata-se da “criança chiadora”, ou seja, que apresenta chiado na ausculta.

um dos motivos que a levaram a se fechar em si. Demonstra ter muita vergonha das pessoas e de se expor. Desvaloriza-se diante das situações em geral. Tem muitas dificuldades nas atividades da vida diária, porque em sua casa não há banheiro, não há tanque, nem lugar para estender roupa. Relata sentir-se humilhada por ter que pedir permissão aos vizinhos para ela e sua família utilizarem o banheiro para tomar banho. Por isso, às vezes, chegam a passar dias sem se banharem.

O mapa da rede social de M



Este mapa de rede foi desenhado após 9 meses do início do tratamento de I no CREN. Foi elaborado num dos atendimentos a M, que apontou como deveria ser cada vínculo. Ele revela uma pequena rede primária, com baixa densidade, ou seja, composta por poucos membros que estabelecem poucos relacionamentos entre si.

O mapa revela que a família está graficamente muito próxima da rede secundária, em razão dos problemas de saúde de seus membros. Outro aspecto que merece ser destacado é que, na rede secundária, não constam nomes de pessoas, significando que o contato com os profissionais é unicamente formal e não de vínculo, pois, quando a pessoa ou família cria um vínculo com a instituição, ao se referir a ela, costuma nomear os profissionais que lhe estão dando atendimento. Outra característica deste mapa é a não identificação da presença de amigos, indicando os poucos recursos de M para suportar as necessidades.

A família de **M** conta com o apoio de três famílias de parentes, que também são suas vizinhas, além de duas vizinhas, que cuidam das crianças que ficam na casa quando **M** vai a consultas médicas. O apoio da vizinhança denota uma vinculação circunstancial. Vale notar que a filha casada de **M**, que reside próximo a ela, não está colocada no mapa. Tampouco sua mãe que mora na Bahia com os seus dois filhos foi referida.

Quanto aos vínculos, eles se apresentam uniformemente tênues, indicando ausência de conflito ou rompimento, e de relações fortes também. A única diferenciação de vínculo apresentada pela linha tracejada refere-se à frágil relação do companheiro com a rede de mercado, ou seja, com as pessoas do trabalho. A família sobrevive do trabalho informal de **EV**, representado no mapa pelo retângulo.

Este mapa permite afirmar que a família está isolada e conta com poucos recursos relacionais para o enfrentamento das demandas cotidianas, como levar os filhos aos médicos e à escola, conseguir um tanque para lavar roupa e um banheiro para tomar banho.

M procura resolver sozinha seus problemas. A ajuda dos vizinhos é bastante restrita, ocasional. Suas dificuldades e resistência no estabelecimento de relacionamentos com as pessoas, bem como no fortalecimento dos vínculos já existentes, podem ser entendidas na perspectiva de seus sentimentos de vergonha e humilhação, por se perceber mais pobre e excluída que os demais de sua comunidade, por não possuir um banheiro próprio.

Em suma, o quadro de desnutrição em **I** pode ser visto como o resultado de uma somatória de fatores, traduzidos pelas dificuldades de relacionamento de sua família e pelas condições de múltiplas privações: de alimento, de educação, de habitação e de saúde.

A intervenção de rede pretendeu fortalecer o vínculo de **M** com a equipe do CREN, com vistas ao fortalecimento e incremento da rede social primária. Por se tratar de uma situação familiar de extrema privação, a primeira intervenção da equipe foi integrar a família de **M** ao Programa Complementando a Renda²⁶, para que um banheiro pudesse ser construído em sua casa, o que, como vimos, poderia influenciar positivamente a situação como um todo, elevando inclusive sua autoestima.

A intervenção propriamente dita

O fortalecimento do vínculo de **M** com o CREN foi sendo trabalhado a partir dos poucos momentos de encontro com ela, ou seja, por ocasião da entrada e saída das crianças na creche do CREN e nos fóruns de discussão²⁷. Nessas ocasiões, a equipe realizava um trabalho de sensibilização, ao se interessar por ela e sugerir seu ingresso no Programa Complementando a Renda, apontando os benefícios disso, pois **M** poderia idealizar e realizar um projeto para a melhoria de algum aspecto de suas condições de vida. Essa proposta encontrou ressonância em **M**, que aderiu imediatamente.

26 Programa desenvolvido pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo em parceria com organizações não governamentais: após cadastramento, as famílias são acompanhadas na elaboração de seu projeto de vida para o qual recebem recurso financeiro. Os projetos das famílias são muito variados, como, por exemplo, de melhoria das condições de habitação e de geração de renda. Com a municipalização das políticas públicas no campo da assistência social, este programa foi transferido para a Prefeitura, recebendo o nome de Programa Fortalecendo a Família – PFF; depois foi transformado em Programa de Assistência Social às Famílias – Proasf, que foi substituído pelo Programa Ação Família: viver em comunidade.

27 O fórum de pais foi criado no sentido de possibilitar uma avaliação contínua do trabalho da instituição pelas famílias, e ocorre mensalmente. Aos poucos, foi também se constituindo em um espaço educativo para reflexão das famílias sobre o seu cotidiano, com temas sobre educação de filhos e doenças infantis, entre outros.

Para receber o recurso financeiro, **M** teve que tirar Carteira de Identidade e CPF (Cadastro de Pessoa Física). Para a equipe do CREN e para **M**, esse fato representou uma primeira e importante conquista, por duas razões: porque **M** pôde experimentar sucesso na superação dos obstáculos burocráticos que esse processo impõe e porque esses documentos representaram para ela seu reconhecimento como cidadã, uma conquista de direitos.

Uma segunda grande conquista de **M** ocorreu em março de 2001, quando o banheiro de sua casa foi construído com os recursos financeiros recebidos do programa governamental. Eis seu depoimento:

Então hoje eu tô tendo o meu banheiro, o meu chuveirinho muito quente. Então eu agradeço, agradeço muito (...). Eu me sinto muito feliz (...) venho, limpo, passo o pano de chão ... as pessoas vivia nas casas pedindo favor: fulano deixa eu tomar um banho, em vez um dia deixava, outro não deixava eu usar o banheiro. (...) eu tinha mágoa; eu sentia um medo por dentro; hoje eu vivo muito feliz ... por ter meu banheirinho dentro de casa; é pequeno, mas graças à Deus, dá prá mim, dá prá meus filhos, dá até prá os vizinhos que cortaram a luz, a água lá. Teve uma vizinha que teve... uma semana tomando banho bem no meu banheirinho (...). Ficava vendo todo mundo ter as coisas, ter banheiro e eu não ter, e os meus filhos falando assim: “Todo mundo toma banho no chuveiro e eu não tenho chuveiro prá eu tomá mãe” (...) uma conquista prá mim.

Quanto a **I**, após 28 meses de tratamento no CREN, ele está pesando 12,22 kg, tem estatura de 96,5 cm e seu quadro de desnutrição melhorou.

Outros indicadores, mais específicos de evolução nutricional, revelam que **I** tem seu ritmo próprio de crescimento, que ele evolui aos poucos, sem parar.

Outro indicador importante refere-se ao fato de não ter havido qualquer intercorrência de saúde no período, além do desenvolvimento da fala ter melhorado bastante, no sentido da articulação das frases e da própria comunicação.

Infelizmente, ao longo do atendimento desta família, não foi possível desenhar um segundo mapa, que ilustraria de forma fantástica os incrementos e alterações qualitativas ocorridas nos vínculos.

A apresentação desse exemplo foi feita na tentativa de demonstrar como a **abordagem de rede social** funciona na prática, com seus principais parâmetros:

- partindo da existência de uma necessidade individual ou coletiva;
- considerando que todos estão em rede;
- baseando-se inicialmente na rede social primária;
- desenvolvendo ações por meio de encontros entre pessoas que se propõem a assumir responsabilidades e a estar juntas;
- incluindo a atuação com redes secundárias, ainda que isso demande mais tempo e esforço;
- utilizando como ferramentas o mapa da rede e os quadros de suporte; e
- caminhando rumo à autonomia e à coletividade. 🍌

Referências

- MOSER, Caroline. *Situaciones críticas. Reacción de los hogares de cuatro comunidades urbanas pobres ante la vulnerabilidad y la pobreza*. Banco Mundial: Washington, 1996.
- SARTI, C. A. Famílias Enredadas. In: ACOSTA A. R.; VITALE M. A. F. *Famílias: redes, laços e políticas públicas*. (Org.). São Paulo: IEE/PUC, 2003.
- SANICOLA, L. *Redes Sociales y menores en riesgo*. Buenos Aires: Editorial Lumen-Humanitas, 1996.
- _____ *L'intervento di rete. Una innovazione nel lavoro sociale*. In: *Reti sociali e intervento professionale* – a cura di Lia Sanicola. Napoli: Liguori Editore, 1995.
- SOARES, M. L. P. V. Abordagem social. In: SAWAYA, Ana Lydia; SOLYMOS Gisela M. (Org.). *Vencendo a desnutrição na família e na comunidade*. 2. edição. São Paulo: Salus Paulista, 2004. (Coleção vencendo a desnutrição).
- SOARES, M. L. P. V. *Rede social no Centro de Recuperação e Educação Nutricional: uma proposta de abordagem metodológica com famílias*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- PIDMU – Programa Infância Desfavorecida no Meio Urbano União Europeia, 2000. Coordenação: Prof. Dr. Otávio Cruz Neto. Ilustrações: Claudius. Disponível em: <http://www.cecip.org.br/index.php?page=shop.product_details&category_id=13&flypage=shop.flypage&product_id=117&option=com_virtuemart&Itemid=310>.
- Ceccon. Disponível em: <http://www.acaoemrede.org.br/arc_hist.html>.





capítulo 6

REDE FAMÍLIA: CRIANÇAS E ADOLESCENTES INTEGRADOS À FAMÍLIA E À COMUNIDADE EM RIO GRANDE

MARIA CRISTINA CARVALHO JULIANO*

O projeto **Rede Família: garantindo o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária** é uma proposta de atenção, educação e apoio sociofamiliar que prioriza o retorno da criança ou do adolescente abrigado para a família de origem, por meio do fortalecimento e da constituição de novos vínculos dessa família com a rede de apoio local e ampliada no Município de Rio Grande²⁸, no Rio Grande do Sul.

Ele começou em 2007 e está inserido em um movimento histórico e social na cidade que, desde 2002, movimenta todo o seu potencial na área da criança e do adolescente reunindo atores sociais e organizações numa ação cooperativa, sistêmica e em rede.

Essa nova forma de pensar e atuar em rede faz parte da revolução preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que dispõe, em seu artigo 86:

(...) a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

28 Localizado no litoral sul do Rio Grande do Sul, o município tem cerca de 190 mil habitantes e apresenta, como atividades econômicas principais, as portuárias e as ligadas a sua refinaria de petróleo.

* Advogada, Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela USP, Mestre em Educação Ambiental, Coordenadora Executiva do Programa Rede Família.

A necessidade de construção desse projeto surgiu de uma conjunção de fatores:

- a necessidade de se criarem políticas públicas com centralidade na família;
- a ausência de políticas públicas de orientação e apoio sociofamiliar na cidade de Rio Grande;
- a multiplicidade de fatores de vulnerabilidade presentes em cada família demandando uma atuação intersetorial e um trabalho sistêmico;
- a implantação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC.

As primeiras reuniões foram propostas em 2002, pela Divisão da Criança e do Adolescente, ligada à Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Tivham como finalidade fomentar o trabalho em rede no município, com o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Comdica, do Ministério Público e da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social – SMCAS.

Foi um ano de reuniões periódicas com os diversos segmentos que têm interface com o atendimento de crianças e adolescentes no município. Um produto importante desse período foi a realização do primeiro mapeamento dos serviços e das ações da rede ampliada de atendimento.

Em 2003, o Comdica convocou os agentes ligados ao abrigo na cidade de Rio Grande para discutir a medida de abrigo²⁹. Em novembro de 2004, foi assinado o Termo de Cooperação Operacional, um trabalho conjunto dos agentes, que fixou papéis e estabeleceu rotinas visando garantir a provisoriedade e a excepcionalidade da medida de abrigo e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes abrigados.

Outras ações foram realizadas no período:

- reuniões periódicas no Fórum, que ocorrem uma vez por mês, com todos os agentes que atuam com crianças e adolescentes, para tratar dos assuntos específicos de cada criança e adolescente abrigado;
- criação de um grupo na internet para facilitar a comunicação dos agentes e para conhecimento prévio da pauta das reuniões;
- contratação de equipe técnica para os abrigos não governamentais com o foco na reintegração familiar e na edição do apadrinhamento afetivo, financiada pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMCA; o projeto já completou três anos;
- contratação de equipe técnica para os conselhos tutelares;
- cursos de formação dos agentes comunitários de saúde e conselheiros tutelares para estabelecer ou possibilitar parceria, a fim de promover a atuação desses profissionais na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

²⁹ Participaram, além do Comdica, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Juizado da Infância e da Juventude, os abrigos governamentais e não governamentais, a Associação Riograndina Pró-Crianças e Adolescentes, a Defensoria Pública e a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.

Em 2005, a partir de iniciativa da Promotoria da Infância e da Juventude, surge o Programa Aliança, com ações em cinco eixos: educação, saúde, cidadania, segurança e meio ambiente. Cada um dos eixos agrupou pessoas e entidades governamentais e não governamentais que foram mapeadas e potencializadas, integrando-se os esforços até então isolados, incentivando a cooperação, a adesão de novos parceiros e a elaboração de programas e projetos afins, visando a sua difusão e multiplicação.

Contexto e objetivos

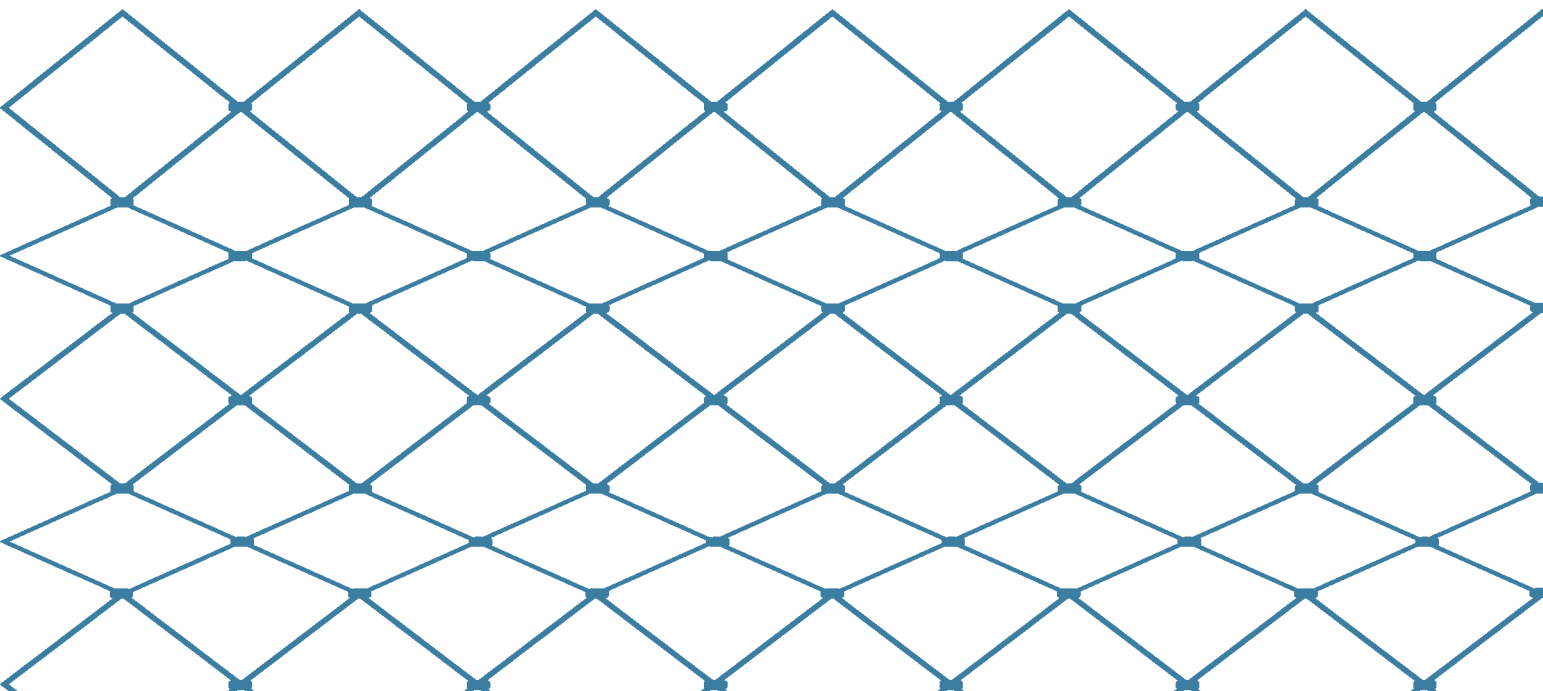
Segundo estudos de 2008, o município de Rio Grande contava, em média, com 98 crianças e adolescentes abrigados. A maioria eram crianças e adolescentes entre 8 e 13 anos, portanto, fora da faixa etária mais procurada para adoção, que é de até 3 anos de idade.

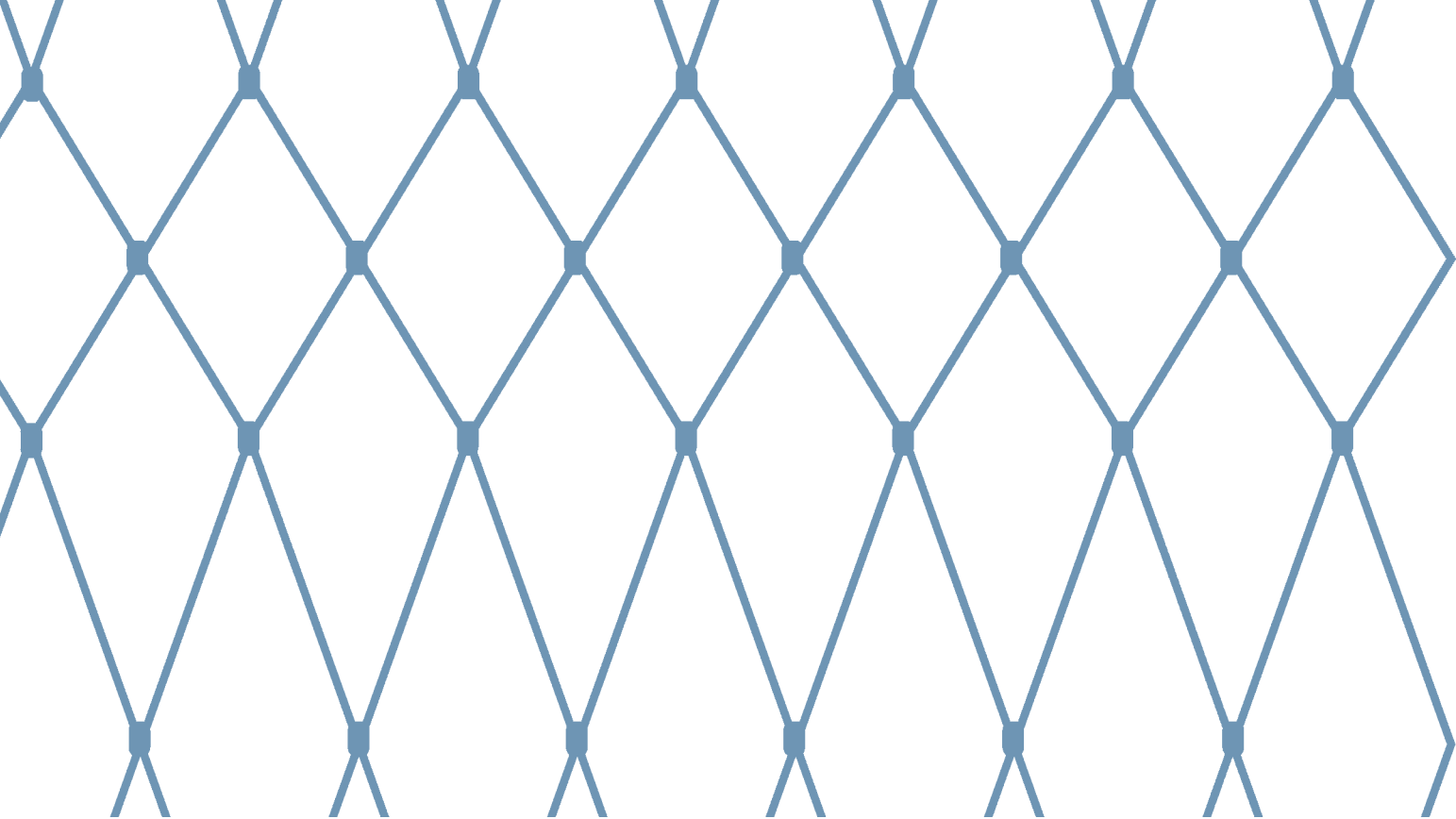
Outro dado significativo apontava que 54% das crianças foram desligadas para retorno à família biológica, o que dimensiona sua importância como perspectiva de reinserção social dessas crianças. Os estudos apontavam também que as vulnerabilidades que levam ao abrigamento tinham foco na família, tendo maior incidência as fragilidades dos papéis parentais.

Partindo dessa realidade, a sociedade organizada percebeu a necessidade de se criarem políticas públicas com centralidade na família, considerando que nesse microsistema estão as bases para o desenvolvimento humano sadio.

A disposição do grupo era a de requerer investimentos em políticas públicas que pudessem oferecer programas de orientação e apoio sociofamiliar para as famílias das crianças e dos adolescentes abrigados na cidade.

Em 2008, a Casa do Menor, um abrigo não governamental da cidade, foi um dos selecionados pelo edital da Petrobras, com o Projeto Rede Família. O projeto, na primeira fase, atua com as famílias das crianças e adolescentes dos abrigos não governamentais e já começa a incluir as famílias dos abrigos governamentais.





O Programa Rede Família, em sintonia com o ECA e o PNCFC, tem como objetivos específicos:

1. conhecer a realidade local das famílias a serem trabalhadas e sua rede de apoio, disponibilizando esse conhecimento para os profissionais envolvidos no processo;
2. implementar o programa de apoio sociofamiliar, visando potencializar as famílias a serem trabalhadas;
3. construir dados científicos que subsidiem as políticas públicas municipais, incentivando a criação de ações e estratégias que garantam o direito da criança e do adolescente à convivência familiar;
4. capacitar profissionais e pessoas da comunidade, visando garantir o direito da criança e do adolescente à convivência familiar;
5. garantir a participação ativa dos indivíduos envolvidos no projeto.

Um grande encontro e um bom plano de saída

A porta de entrada da família no Programa Rede Família se dá num grande encontro que ocorre mensalmente, do qual participam o juiz, o promotor, a assistente

social da Vara da Infância e da Juventude, os coordenadores e a equipe técnica dos cinco abrigos (governamentais e não governamentais), o Conselho Tutelar, o Comdica, o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, a Defensoria Pública e a Associação Riograndina Pró-Crianças e Adolescentes – ARCA.

Esse encontro é denominado Rede de Abrigagem. Ali, discute-se o caso de cada criança e o plano de reintegração. A partir desse momento, a família entra no Programa Rede Família.

A criação de espaços periódicos de encontro entre as redes de atendimento é um dos pontos altos desse programa, pois diminui as resistências e possibilita a construção de objetivos e ações conjuntas, ajudando a potencializar ações/atendimentos. Estão presentes nesses encontros os participantes da Rede de Abrigagem, a rede que atua com a saúde mental no município, os técnicos dos abrigos e os conselheiros tutelares.

Sendo o projeto uma criação da rede de atendimento em Rio Grande, ela se constitui no seu alicerce, além de abranger pontualmente outras secretarias.

O programa envolve, além dos agentes de diversas secretarias municipais e do Sistema de Justiça, as organizações não governamentais, especialmente os abrigos, incluindo as comunidades das famílias, lideranças de bairro, agentes comunitários, escolas, postos de saúde, família ampliada, associações de bairro, igrejas, centros e o que mais houver de apoio e organização na comunidade.

As etapas de ação

Atualmente, a Rede Família passa a funcionar em toda a sua amplitude, implementando as seguintes etapas:

- a. criação de uma equipe multiprofissional formada por assistentes sociais, psicólogas e pedagogas, o Grupo de Atenção Psicossocial – GAPS e uma comissão intersetorial para avaliação e construção de estratégias de atendimento no programa;
- b. formação contínua da equipe do GAPS, da rede local e ampliada;
- c. proposta de atendimento à família: acolhimento, escuta, construção conjunta de estratégias e ações por meio da identificação da história de vida, constituição do Mapa dos Cinco Campos³⁰ e encontros periódicos;
- d. atualização do site da Prefeitura com as informações sobre os casos de crianças e adolescentes abrigados e relatórios de atendimento às famílias disponíveis na Rede de Acolhida, para subsidiar o retorno da criança e do adolescente à família de origem;
- e. reuniões de avaliação dessas ações com a rede ampliada e a Comissão Inter-setorial.

³⁰ Instrumento de avaliação usado para mapear a rede de apoio social e afetivo. Samuelsson, Therlund e Ringström, 1996, adaptado para uso no Brasil por Hoppe, 1998.

Os princípios

O programa baseia-se na necessidade de reforçar a rede de apoio social e afetiva das famílias através da potencialização destas, da oxigenação e do reforço de seus vínculos intrafamiliares, com sua família extensa, comunidade, rede ampliada no município.

Essa visão sistêmica exige dos profissionais uma postura de ampliação das possibilidades de relação com toda a rede de proteção. A melhoria do trabalho com as famílias e com a comunidade em geral parte da melhoria da qualidade das relações como um todo. Não é só a família que tem problemas, são os serviços, os profissionais, a sociedade como um todo.

Os princípios do Rede Família, baseados no paradigma da proteção integral da criança e do adolescente e no direito à convivência familiar e comunitária, reforçam a crença na provisoriedade e excepcionalidade da medida de abrigo e foram construídos de forma dialógica entre os participantes da rede.

- Abordagem ecológica, buscando a sustentabilidade do programa.
- Trabalho em rede, garantindo a horizontalidade das relações, com cooperação e partilhamento da responsabilidade entre a família, a comunidade e o governo municipal.
- Diálogo favorecedor de um trabalho conjunto.
- Democratização da comunicação, transparência e autoria do grupo.

As dificuldades, os pontos positivos

A ausência, carência ou ineficácia de alguns serviços de atendimento às necessidades das famílias causa preocupação.

O público do Programa tem um perfil complexo que envolve, entre outros problemas, situação de miséria, condições precárias de moradia, problemas de saúde (psicológicos, drogadição, violência), fragilidade da educação no ambiente familiar, desemprego e trabalho informal, baixa escolaridade, membro da família na prisão, dificuldades no acesso aos serviços sociais e em compreender as informações e os encaminhamentos realizados.

Para atuar, o profissional necessita de serviços que estão previstos no ECA e que nem sempre existem no município, o que levou o Rede Família a uma mobilização para cobrir essa necessidade.

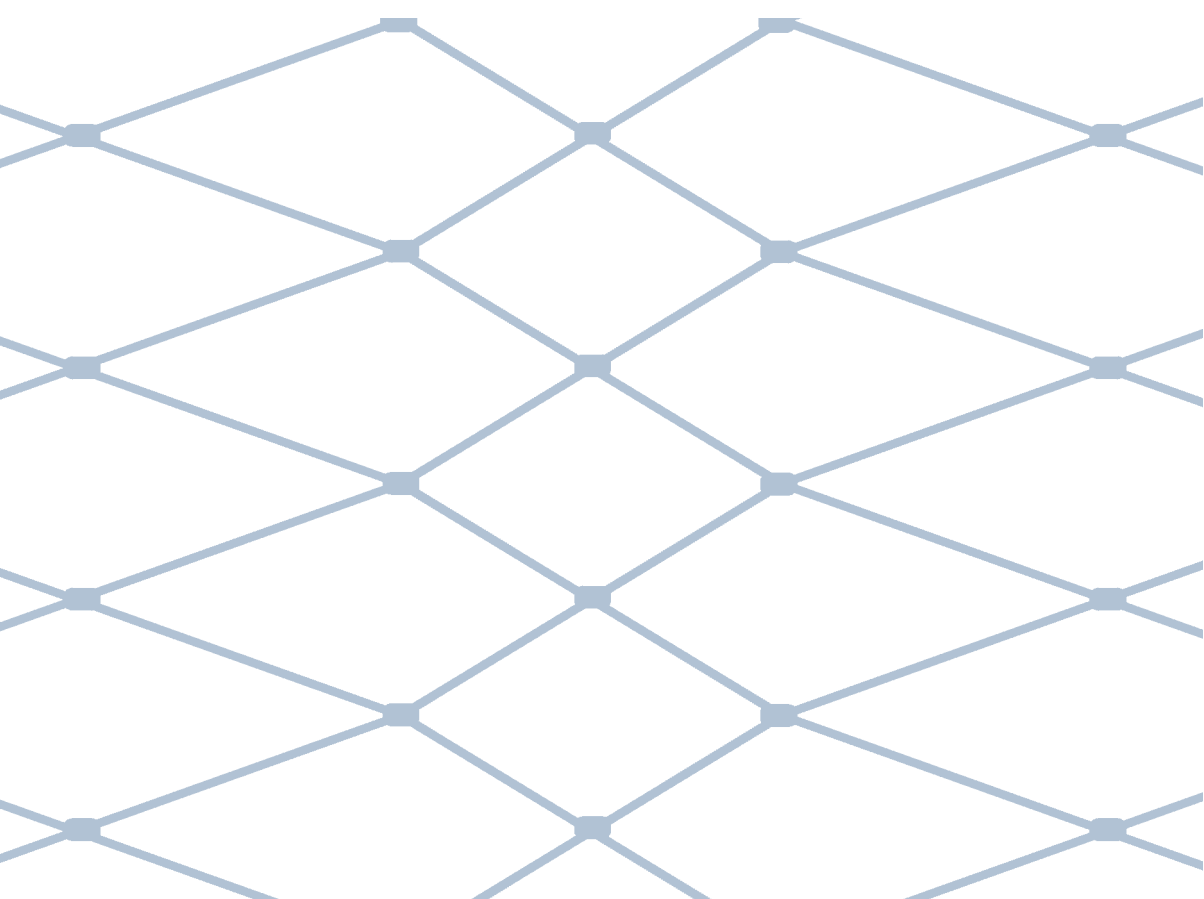
Trabalhar em rede é mobilizar todo o tecido social – desacomodar, verificar a interdependência e a complexidade do todo. As respostas não estão prontas e nem são rápidas: há primeiro um desconforto e algumas discussões, para que depois se construam algumas ações.

Quanto aos abrigos, ainda há instituições com 25 crianças, casos de separação de irmãos, atendimentos especializados – adolescentes meninos e adolescentes meninas. É preciso avançar no reordenamento dessa rede de proteção que envolve todos os abrigos do município – com predominância dos não governamentais, que hoje fazem parte do Rede Família.

No início do trabalho, houve muita resistência por parte dos profissionais pela dificuldade de atuar em conjunto com pessoas que ainda não se conheciam. Hoje todos se interessam – profissionais e assistidos – porque sabem que serão sempre chamados para decidirem juntos o que será feito. 🐾

Referências

- Hoppe, M. (1998). *Rede de apoio social e afetivo de crianças expostas à situação de risco. Dissertação de Mestrado não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia, Porto Alegre, RS.*





capítulo 7

UMA GRANDE REDE EM SÃO PAULO PARA MELHORAR A PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

SÍNTESE: ALESSANDRA COELHO

Em 2003, uma pesquisa sobre os abrigos do município de São Paulo revelou a existência de 190 organizações de acolhimento institucional na cidade, que contabilizavam 4.847 crianças e adolescentes. O governo municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, mantinha 23% dos abrigos sob convênio; 26% eram apoiados pela Secretaria Estadual e 49% buscavam apoio técnico e financeiro na comunidade e com parceiros privados.

Muito já havia sido feito nessas instituições para se adequarem ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e garantir a excepcionalidade do abrigo. Porém, uma rede tão grande e diversa, numa cidade como São Paulo, apresentava pontos que traduziam sua falta de clareza em relação aos parâmetros de funcionamento e às metodologias mais adequadas de atendimento. Também havia problemas referentes à responsabilidade do encaminhamento de crianças e adolescentes aos abrigos, aos critérios diferenciados ou restritivos de atendimento e à distância de alguns equipamentos com relação à moradia das famílias.

A partir dessas questões, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA decidiu convocar um grupo de parceiros para, juntos, desenvolverem um processo de amplo debate com os abrigos de São Paulo, com o objetivo de discutir parâmetros técnicos e operacionais de atendimento que subsidiassem a reformulação da resolução nº. 53 do CMDCA³¹ sobre a política de abrigos para a cidade.

A principal estratégia era a realização de seminários com a presença de profissionais dos abrigos, dos conselhos tutelares, das Varas da Infância e Juventude e das secretarias municipais de Assistência Social, Educação e Saúde.

Durante o planejamento do trabalho, os parceiros discutiram a necessidade

31 A íntegra do texto da resolução pode ser encontrada no site <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhosecoordenadorias/cmdca/legislacao/0014>>.

de se caminhar para o fortalecimento de uma rede interinstitucional regional que congregasse os mesmos representantes convidados para os seminários.

De maio a novembro de 2007, aconteceram seis eventos: dois encontros gerais e quatro seminários regionais com o tema “Abrigo: Projeto Político Pedagógico, Ação em Rede e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária”, com a participação de mais de 1.200 pessoas.

Esses encontros mapearam também as articulações e as redes já existentes em todas as regiões. A ideia de fortalecimento dessas redes, durante os encontros, visava possibilitar a troca de experiências e a ampliação da competência técnica e política dos atores envolvidos para melhorar o atendimento dos abrigos.

A metodologia

O Comitê Executivo, formado por uma rede de instituições parceiras³², desempenhou um papel fundamental na elaboração do planejamento e na execução dos eventos e, principalmente, na construção conjunta de uma metodologia capaz de mobilizar representantes de todas as regiões do município, garantir a fala destes em todos os seminários e organizar as propostas.

A partir do seminário de abertura, no qual foi apresentada a proposta de trabalho para os meses seguintes, foram criados quatro grupos-referência para cada região – Norte-Oeste, Leste, Centro e Sul.

Formados por lideranças voluntariamente comprometidas, os grupos se dispuseram a ser os elos de contato com o comitê e se responsabilizaram pela mobilização local.

Ao todo, cerca de 20 pessoas formavam esses recém-criados grupos de referência: representantes de abrigos, das Supervisões de Assistência Social – SAS, das Varas da Infância e Juventude – VIJs e dos Conselhos Tutelares – CTs. Eles participaram das reuniões que aconteceram em cada região para o planejamento dos seminários.

Eram objetivos dos grupos-referência:

- garantir a proporcionalidade de vagas para os participantes dos seminários regionais – abrigos, CTs, SMADS, VIJs e outras agências públicas;
- trazer a realidade regional para o Comitê, traduzindo suas demandas;
- indicar redes locais já articuladas na região;
- representar e legitimar a ação regional no seminário;
- planejar, organizar, estimular e avaliar o processo dos seminários;
- continuar a mobilização local após os eventos.

O Comitê Executivo definiu então os temas norteadores que embasariam os debates e elaborou textos de apoio para as discussões em grupo que aconteceram nos seminários.

32 Comitê Executivo de Parceiros: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo; Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Aaspjtj-SP; Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente – Neca.

O processo de discussão em subgrupos, coordenados por profissionais, no período da manhã, gerava as propostas que, no fim do dia, eram processadas e sistematizadas, reagrupadas por temas, mantendo as contradições oriundas dos subgrupos.

Na manhã seguinte, esse documento, que reunia propostas de todos os subgrupos, era submetido aos representantes para apreciação e, no período da tarde, as propostas eram apresentadas para votação em plenária.

A manhã do segundo dia dos seminários era estruturada na lógica territorial: os participantes eram reunidos em grupos por região, em geral, de acordo com a divisão territorial das Varas da Infância e Juventude, para discutir aspectos específicos de cada território. Esse era também o momento em que eram mapeadas as redes locais.

A partir de uma metodologia privilegiada de discussão, responsável por garantir a participação dos presentes, aliada ao protagonismo dos membros dos grupos-referência, conseguiu-se não apenas mapear as redes locais já existentes, como também fomentar a criação de novas.

Vários desses grupos se mantêm após os seminários e seu trabalho foi incrementado pelo conhecimento dos participantes das outras redes.

Número de grupos de articulação divididos por região, mapeados durante os seminários regionais.

Norte-oeste	3
Leste	6
Centro	7
Sul	4
Total	20

Embora o foco fosse a discussão em grupos, os seminários trouxeram alguns palestrantes para apoiar as reflexões e estimular o debate.

O seminário de encerramento dessa etapa do processo trouxe um resumo de toda a articulação, lembrando a importância das instituições que compuseram a rede de parceiros e a articulação regional dos grupos-referência. Foi essa mobilização local a responsável pela grande afluência e participação nos seminários regionais.

O resultado final apontou alguns aspectos que ainda devem merecer aprofundamento, como a qualificação para o trabalho em abrigos e os critérios de atendimento.

Os participantes conseguiram convergir para uma proposta comum e chegaram a um consenso em relação aos parâmetros do projeto político-pedagógico, o trabalho de prevenção e o estreitamento e a manutenção das redes de serviços.

No encontro final, foi apresentado um documento-síntese³³ que servirá como base para a Resolução do CMDCA –SP sobre os abrigos para crianças e adolescentes, com base nas propostas levantadas durante os seis meses de encontros.

Esse documento organiza as demandas das quatro regiões de São Paulo e traz elementos para a discussão de um Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC.

Em 2009, o NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, com o apoio do Fumcad – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e parceiros retomou as discussões para a articulação das redes regionais realizando quatro encontros e dois seminários. Os eventos abordaram os novos marcos normativos, especialmente a Lei nº 12.010, as perspectivas e competências para o trabalho com famílias e a articulação das políticas e programas sociais nas instâncias de decisão e nos territórios. 🍌

